

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE DIREITO**

OTONIEL BRAZ ODORICO

**POSSÍVEIS CONFLITOS NA LEGISLAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO
INCLUSIVA, EM SEUS ASPECTOS NORMATIVOS E A EFETIVAÇÃO
DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO AOS ALUNOS COM
DEFICIÊNCIAS INTELECTUAIS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO
EM CACOAL - RO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA**

CACOAL/RO

2016

OTONIEL BRAZ ODORICO

POSSÍVEIS CONFLITOS NA LEGISLAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EM SEUS ASPECTOS NORMATIVOS E A EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS INTELECTUAIS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO EM CACOAL - RO

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para grau final de bacharel em Direito elaborada sob a orientação do Professor Mestre Afonso Maria das Chagas.

CACOAL/RO

2016

POSSÍVEIS CONFLITOS NA LEGISLAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EM SEUS ASPECTOS NORMATIVOS E A EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS INTELECTUAIS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO EM CACOAL – RO

OTONIEL BRAZ ODORICO

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR – Campus Professor Francisco Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

Professor M.e Afonso Maria das Chagas - UNIR - Presidente

Professor M.e Bruno Milenkovich Caixeiro - UNIR - Membro

Professor M.e Ozana Rodrigues Boritza - UNIR - Membro

Cacoal, 24 de fevereiro de 2016

Odorico, Otoniel Braz.

O26p Possíveis conflitos na legislação sobre a educação inclusiva, em seus aspectos normativos e a efetivação do direito fundamental à educação aos alunos com deficiências intelectuais na rede estadual de ensino em Cacoal/RO/ Otoniel Braz Odorico – Cacoal/RO: UNIR, 2015.
80 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.
Orientador: Prof. Me. Afonso Maria das Chagas.

1. Direito constitucional. 2. Educação inclusiva. 3. Direito fundamental. 4. Inclusão. I. Chagas, Afonso Maria das. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.
CDU – 342

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

Dedico este feito a Deus, à minha família em especial a minha esposa Marcia, a minha filha Maria Eduarda, aos meus pais e a todos os amigos que me acompanharam nesta jornada, principalmente à minha querida amiga Jussara de Viveiros, que muito contribuiu para o meu sucesso e, também, aos meus mestres, sem os quais eu não teria chegado até aqui.

AGRADECIMENTOS

A Deus, a quem devo todas as graças alcançadas, toda a minha existência e meu ser.

À minha família, a quem não poderia deixar de ofertar todo o meu amor e gratidão pelo apoio e ensinamentos.

Aos meus amigos de trabalho pelas palavras de incentivos e todos aqueles que acreditaram nesse projeto.

Ao meu orientador, o Professor Mestre Afonso Maria das Chagas, que, desde o princípio, forneceu-me as bases e diretrizes indispensáveis à concretização deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos os mestres que, de alguma forma, contribuíram com minha formação acadêmica.

A todos, minha imensa gratidão.

“Lute com determinação, abrace a vida com paixão, perca com classe e vença com ousadia, porque o mundo pertence a quem se atreve e a vida é muito bela para ser insignificante”.

(Charles Chaplin)

RESUMO

A Constituição Federal estabelece a Educação como direito de todos, pautada nos princípios da Igualdade, da liberdade, do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas levando em consideração os padrões de qualidade. O legislador, também assegurou como dever do Estado Constituinte à responsabilidade de efetivar políticas educacionais inclusivas gratuitas, por meio de ensino especializado aos portadores de deficiências mediante os níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística respeitando a capacidade de cada um. Além da Constituição Federal, nosso ordenamento jurídico possui um rol extenso de legislação que busca normatizar o ensino especial, garantindo ao mesmo tempo a inserção e inclusão dos alunos com deficiências mentais e deficiências múltiplas nas salas de aula comum por meio de políticas públicas inclusivas. Tais medidas já estão sendo desenvolvidas há quase uma década nas escolas da rede estadual de ensino em Cacoal. Tendo em vista que a Educação Inclusiva já faz parte da realidade das escolas públicas da rede estadual de ensino de Cacoal, resta saber em que medidas o direito a educação das pessoas com deficiências mentais e deficiências múltiplas, oferecido nestas escolas, tem sido efetivada de forma a proporcionar os mesmos direitos, as mesmas oportunidades de aprendizagem e as mesmas condições para uma educação de qualidade para todos. Na realização deste projeto foi utilizado o método hipotético dedutivo, como premissa maior o ordenamento jurídico brasileiro, documentos de pactos federativos assinado entre Brasil e demais países. Como premissa menor, a verificação da Lei no caso concreto, livros, revistas, sites brasileiros na internet além de legislação específica bem como uma pesquisa de campo, de abordagem quantitativa realizada nas escolas públicas da rede estadual de ensino.

Palavras-chave: Direito a Educação. Legislação inclusiva. Rede Estadual de Ensino de Cacoal.

ABSTRACT

The Federal Constitution establishes education as a right for all, based on the principles of equality, freedom, pluralism of ideas and pedagogical concepts taking into account the quality standards. The legislator also ensured as the duty of the Constituent State the responsibility to carry out free inclusive educational policies through specialized instruction to people with disabilities by the higher levels of education, research and artistic creation respecting the ability of each. In addition to the Federal Constitution, our legal system has a long list of legislation that seeks to regulate the special education, while ensuring the integration and inclusion of students with mental disabilities and multiple disabilities in ordinary classrooms through inclusive public policies. Such measures are already being developed almost a decade ago in the schools of state schools in Cacoal. Given that inclusive education is already part of the reality of public schools of the state of Cacoal education, remains to be seen to what extent the right to education of persons with mental disabilities and multiple disabilities, offered at these schools has been effective so to provide the same rights, the same learning opportunities and the same conditions for quality education for all. In realization of this project we used the hypothetical deductive method, as major premise Brazilian law, federal pacts documents signed between Brazil and other countries. As a minor premise, verification of Law in this case, books, magazines, Brazilian sites on the Internet as well as specific legislation as well as a field research with a quantitative approach carried out in public schools in the state schools.

Keywords: Right to Education. inclusive legislation. State network Cacoal Teaching.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A DEFICIÊNCIA NO DECORRER DA HISTÓRIA: BREVES CONSIDERAÇÕES	13
1.1 A DEFICIÊNCIA FÍSICA NA IDADE MÉDIA.....	17
2 O PRINCÍPIO DA IGUALDADE E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	24
3 CONTEXTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS PARA O ATENDIMENTO DO DEFICIENTE NO BRASIL.....	33
3.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	45
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA	55
4.0 PERFIL DOS ENTREVISTADOS	56
4.1.1 Quanto ao gênero.....	56
4.1.2 Em relação à idade.....	56
4.1.3 Quanto ao grau de instrução destes profissionais.....	57
4.1.4 Quanto ao estado civil	57
4.1.5 Tempo de trabalho na Educação.....	57
4.1.6 Função que desempenha na escola.....	58
4.2 DADOS RELACIONADOS À ESCOLA	58
4.2.1 Número de escolas que possui alunos matriculados.....	58
4.2.2 Quanto à frequência e participação destes alunos	59
4.2.3. Quanto ao acompanhamento profissional.....	60
4.2.4 Quadro de lotação das escolas	60
4.2.5 Outros profissionais disponibilizados pela escola.....	61
4.3 DOS RECURSOS FÍSICOS, PEDAGÓGICOS E TECNOLÓGICOS	62
4.3.1 Sua escola dispõe de:	62
4.3.2 Dos aparelhos tecnológicos e materiais pedagógicos que a escola dispõe.....	63
4.4.2. Considera-se capacitado e para adaptar a prática pedagógica ao currículo, considerando as especificidades do aluno do AEE	65
4.4.3 O Projeto Pedagógico do Ensino Regular encontra-se organizado prevendo	66
4.4.4 Quanto à capacitação para atender alunos do Ensino Especial	68
4.4.5 Da participação em cursos de formação	69
5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS RESULTADOS.....	70
CONCLUSÃO.....	75
BIBLIOGRAFIA	76

INTRODUÇÃO

Embora a Constituição Federativa do país e a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) nº 9.394/96 já preveem a oferta do Ensino Especial nas salas de aulas comuns, nas últimas décadas um extenso rol taxativo de dispositivos legais têm regulamentado a oferta da Educação Inclusiva no sentido de destituir a educação segregada, que até então a pessoa com deficiência era submetida.

Neste universo de legislação acerca da Educação Inclusiva, vale citar: o Decreto nº 3.956/2001 que Promulga a Convenção Interamericana, a Lei nº 8.069 de 1990, mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, o Decreto nº 3.298/99 que regulamenta a Lei nº 7.853/89 que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, a Resolução CNE/CEB nº 02 de 2001 que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. A Resolução CNE/CP Nº 01/2002 que estabelece a necessidade de incluir conhecimentos educacionais especiais nos cursos de formação de professores da Educação Básica, em nível superior, o Decreto Nº 6.094/07 que dispõe sobre o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência, Decreto Nº 6.571 que dispõe sobre o atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica, a Resolução Nº 4 CNE/CEB que orienta sobre o atendimento ao aluno matriculado no AEE, a Resolução Nº 552/09 do CEE/RO que fixam diretrizes e normas complementares para atendimento aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, no Sistema Estadual de Ensino de Rondônia. A portaria 128/10 GAB/SEDUC que estabelece normas para operacionalização do atendimento educacional especializado. Além do Plano Estadual de Educação que, em consonância com o Plano Nacional de Educação também estabelece metas de políticas públicas de inclusão às pessoas com deficiências.

Vale ressaltar que a política da Educação Inclusiva faz parte da realidade das escolas públicas, da rede estadual de ensino de Cacoal, há mais de uma década. Resta saber, se as condições de aprendizagem em que estes estudantes encontram-se submetidos oferecem as garantias fundamentais dos padrões de qualidade, conforme princípios devidamente expressos, na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Para nortear a presente pesquisa tem-se como problemática analisar os possíveis conflitos nas políticas públicas de inclusão, em seus aspectos normativos e a efetivação do

direito fundamental à Educação destinada aos alunos com deficiências mentais e deficiências múltiplas, matriculados nas escolas públicas da rede estadual de ensino de Cacoal.

Sob este olhar, o objetivo geral deste trabalho é demonstrar as dificuldades de efetivação ao Direito a Educação (Isonomia material) – referente às políticas da Educação Inclusiva direcionada aos alunos com deficiências intelectuais e deficiências múltiplas, matriculados na Rede Estadual de Ensino, das escolas públicas de Cacoal.

Quanto aos objetivos específicos, a presente pesquisa estará voltada para compreender o histórico da educação inclusiva, analisar as condições de ensino aprendido em que os educandos com deficiência mental e deficiências múltiplas encontram-se submetidos considerando os institutos jurídicos, do Princípio da Isonomia, no contexto da igualdade material e igualdade formal, bem como conhecer a prática da Educação Inclusiva nas escolas públicas da rede estadual de ensino em Cacoal/RO.

Em razão da problemática apresentada e eficiência para perseguir os objetivos propostos, o método utilizado foi o hipotético dedutivo. Vale ressaltar ainda, que o presente trabalho divide-se em cinco capítulos: o primeiro traz uma breve abordagem acerca da deficiência física no decorrer da história. O segundo trata do princípio da igualdade no contexto da educação inclusiva. O terceiro capítulo apresenta o contexto histórico das políticas educacionais voltadas para o atendimento do deficiente no Brasil, bem como a educação inclusiva na legislação brasileira. No quarto capítulo, será apresentado o resultado de uma pesquisa de campo, realizada com professores, orientadores, supervisores e diretores que trabalham nas escolas públicas, da rede estadual de ensino de Cacoal. Por fim, o último capítulo será feito um contraponto entre a realidade apresentada nas pesquisas feitas com profissionais das escolas e a legislação inclusiva.

Justifica-se o presente estudo por entender que a educação especial assume, a cada ano, importância maior, dentro da perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e da busca incessante da democracia, que só será alcançada quando todas as pessoas, indiscriminadamente, tiverem acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação de sua plena cidadania.

1 A DEFICIÊNCIA NO DECORRER DA HISTÓRIA: BREVES CONSIDERAÇÕES

A partir de uma breve abordagem histórica, pretende-se demonstrar nesta primeira parte deste trabalho, como as pessoas, em diferentes épocas e lugares, interpretavam a deficiência e qual o tratamento dispensado pela sociedade e pelo Estado em torno delas. Vale ressaltar que, mesmo que as considerações, acerca das condições de vida do deficiente não estarão aprofundadas, os dados aqui apresentados, poderão servir para melhor compreender acerca da atual condição de vida da pessoa com deficiência, bem como a maneira como sociedade e Estado encaram a realidade destas pessoas, nos dias atuais.

De acordo com Silva (1986), a deficiência é caracterizada, em âmbito internacional, como uma consequência danosa que restringe o indivíduo fisicamente de executar, de alguma forma certas atividades. Todavia, ainda conforme o autor, essa pessoa só restará incapacitada, se essa limitação a deixar numa condição de desvantagem ou inferioridade a outras pessoas em determinada função. O autor ainda exemplifica que, as consequências da perda de um dedo da mão esquerda para um violinista profissional, por exemplo, serão muito mais contundentes do que para um ajudante de caminhão, assim como uma cicatriz no rosto de uma datilógrafa pode acarretar menos desvantagem para ela do que para uma modelo fotográfica ou uma recepcionista.

Pensando assim, é possível afirmar que, a incapacidade é toda situação que limita às pessoas, com deficiência, de participar da vida social com igualdade de condições, em relação àquelas consideradas “normais” pelo padrão social.

Ainda a respeito do tema o autor afirma,

[...] a deficiência pode ser considerada um déficit físico, intelectual ou sensorial, podendo ser permanente ou transitória e, entre as pessoas com deficiência, há as totalmente dependentes, as que possuem certa limitação, mas que não necessitam de ajuda permanente (parcialmente dependente), e ainda aquelas que, apesar da deficiência, mantêm uma vida totalmente independente. No entanto, “ser diferente”, ainda que se trate de “diferença” quase imperceptível, desperta a atenção, e quando tal diferença revela-se mais evidente, o indivíduo resta sendo excluído, pois para todos os efeitos, “ser diferente”, é ser colocado de lado, o que em linguagem de relações interpessoais, pode significar rejeição. (SILVA, 1986, p. 364)

Conforme Silva, os registros históricos revelam que a deficiência acompanha a história do homem desde os tempos da caverna. Desenhos de pessoas com dedos ou mãos amputadas são exemplos claros acerca disto. De acordo com o autor, as pessoas com deficiência daquela época, recebiam vários tipos de tratamento, isto é, algumas eram toleradas, outras recebiam tratamento afetuoso, algumas abandonadas e outras até exterminadas. “Pode se observar

diferentes tipos de atitudes com doentes, idosos ou deficientes, aceitação, tolerância, apoio, menosprezo ou eliminação” (SILVA, 1986, p. 39).

A partir do momento em que o homem deixa a vida sedentária cresce seu interesse por novos modos de vida. A luta travada pela terra resulta, a partir de então, em territórios cada vez maiores, além da mão de obra escrava, para explorar a lavoura, agora era preciso também dispor de homens armados para se defender. Nesta busca pelo poder, não há dúvidas que do confronto entre povos diferentes as mutilações eram inevitáveis.

Posteriormente, com as aglomerações, foram surgindo às cidades, e junto com elas novos peregrinos, novas culturas, mas também todo tipo de doenças. Essa nova forma de organização social trouxe consigo inúmeros problemas, e as deformações físicas devida da guerra agora passa também advir das doenças incuráveis, e malformação congênita, muito comum para a época. Neste contexto surge um dos mais antigos registros de lei que se tem conhecimento, o Código de Hamurabi. “Se um escravo disser ao seu dono: tu não és meu senhor, seu senhor provará que o é e cortará sua orelha. Se um homem bater em seu pai, terá as mãos cortadas”. (SILVA: 1986, p. 78). E desta maneira, além da guerra, das doenças e má formação congênita, os registros nos revelam mais uma forma de deficiência, a punição.

No Antigo Egito, como lembra Silva (1987), a deficiência era provocada por maus espíritos. Segundo consta o autor, se porventura alguém ligado aos faraós, sacerdotes ou guerreiros apresentassem sinais de deficiência, teriam acesso a tratamentos, ao contrário, se fossem filhos de famílias menos favorecidas ou sucumbiam nas mãos de charlatões, ou serviam como atrações de circos ou eram usados pelos sacerdotes para estudos de tratamentos de cirurgias.

Na civilização hebraica, segundo Silva (1987), a deficiência era vista como uma indicadora de impureza, remissão de pecados antigos, interferência de maus espíritos e das forças da natureza, e para sobreviver, o deficiente teria que ficar exposto nas ruas, praças a espera de uma esmola, ou seja, eram tolerados pela sociedade. A discriminação dos Hebreus pelos deficientes é possível também ser constatada, através das leis da época, quando Moisés escreve a Arão dizendo:

Ninguém da tua descendência, nas suas gerações, em que houver algum defeito, se chegará a oferecer o pão do seu Deus. Pois nenhum homem em quem houver alguma deformidade se chegará; como homem cego, ou coxo, ou de nariz chato, ou de membros demasiadamente compridos. Ou homem que tiver quebrado o pé, ou a mão quebrada, Ou corcunda, ou anão, ou que tiver defeito no olho, ou sarna, ou impigem, ou que tiver testículo mutilado. (BÍBLIA SAGRADA Levítico 21:16-20).

Na Grécia antiga, as condições do indivíduo marcado por algum tipo de deficiência eram também de exclusão ou morte. O físico simétrico e perfeito para os gregos era referencial de beleza e perfeição. Para Schewinsky (2004), em virtude deste culto exagerado pelo corpo, deficientes físicos eram marginalizados e até eliminados. A crença nos deuses mitológicos, de corpos esculturais, facilmente encontrados nos registros históricos, e nos heróis que fantasiavam o pensamento grego da época fortalecia ainda mais a valorização e busca pelo corpo perfeito.

Em Esparta e Atenas crianças com deficiências físicas, sensorial e mental eram consideradas subumanas, o que legitimava sua eliminação e o abandono. Tal prática era coerente com os ideais atléticos, de beleza e classistas que serviam de base à organização sociocultural desses dois locais. Em Esparta eram lançados do alto dos rochedos e em Atenas eram rejeitadas e abandonadas nas praças públicas ou nos campos. (RODRIGUES, 2008 p.07)

Os próprios filósofos como Aristóteles e Platão admitiam essa prática, justificando o equilíbrio demográfico e elitista, principalmente se a pessoa deficiente dependesse economicamente de outras.

Veja o que Platão pensava a respeito do assunto:

Quanto aos corpos de constituição doentia, não lhes prolongava a vida e os sofrimentos com tratamentos e purgações regradas, que os poriam em condições de se reproduzirem em outros seres fadados, certamente a serem iguais aos progenitores. Acreditava também que não deveria curar os que, por frágeis de compleição não podem chegar ao limite natural da vida, porque isso nem lhes é vantajoso a eles nem ao Estado (PLATÃO apud ASSUMPÇÃO JUNIOR e SPROVIERI, 2000, p. 2).

Ainda no contexto grego, na antiga sociedade espartana, quando do nascimento da criança, a decisão sobre sua vida ou sua morte ficava a cargo de um conselho de anciões, que após um breve julgamento, ou devolvia o recém-nascido aos pais para cuidá-los ou lançariam a criança em um precipício. Qualquer sinal de deformidade em seu corpo a sentença de morte era certo. "Em Esparta eram lançados do alto dos rochedos e em Atenas eram rejeitados e abandonados nas praças públicas ou nos campos". (RODRIGUES, 2008, p. 07).

Ainda acerca do assunto, Otto Marques Silva também pronuncia;

(...), o estado era possuidor da vida de todos os Espartanos nascidos em famílias conhecidas como iguais, "homoioi", então o pai de um recém-nascido era obrigado a levar o bebê a uma espécie de comissão oficial, formada somente por anciãos de reconhecida autoridade na sociedade, para que "se lhes parecesse feia, disforme e franzina", em nome do Estado e da chamada "linhagem", esta comissão ficasse com a criança e a levasse a um lugar chamado "Apothetai", que significa "depósitos", um abismo situado em uma cadeia de montanhas para, de lá, a criança ser arremessada. No entanto, se o bebê fosse considerado "normal", por esta comissão, o pai tinha a responsabilidade de criá-lo até os 6 a 7 anos de idade e, depois, o Estado se

responsabilizaria por sua criação, encaminhando-a à preparação na arte de guerrear. (SILVA, 1987, p.121)

Na mesma linha de pensamento acima, em se tratando ao período do Império Romano, assim afirmava Sêneca justificando o infanticídio em relação à falta de perfeição estética corporal:

"...nós sufocamos os pequenos monstros; nós afogamos até mesmo as crianças quando nascem defeituosas e anormais: não é a cólera e sim a razão que nos convida a separar os elementos sãos dos indivíduos nocivos. (AMARAL, 1995, p. 34).

Em Roma, o olhar acerca do deficiente físico também não era diferente, observe como Lemos retrata a respeito do assunto:

Em Roma, grande criadora de leis, havia leis que referiam se os bebês poderiam ter direitos ou não. Os bebês com “vitalidade” e forma humana teriam os seus direitos preservados, já os bebês que apresentavam sinais de “monstruosidade” não tinham condições básicas de capacidade de direito. (LEMO: 2009, p. 28).

Segundo fontes históricas, um sistema legislativo dava proteção os patriarcas na época, diante do nascimento de um filho com deficiência. De acordo com Fonseca, (2000), na Roma Antiga, pela Lei das XII Tábuas, o ato de executar os filhos defeituosos era considerado normal pelos pais, e autorizado perante a Lei.

Com o advento do cristianismo, na influência cristã e seus princípios de caridade e amor ao próximo, desponta as primeiras organizações fundadas pela Igreja para acolher os marginalizados. Os mais abastados, conforme Schewinsky, (2004) uns, movidos pelo sentimento de obrigação cristã, outros, preocupados com o destino de suas almas, propõe ajuda às instituições que porventura viessem acolher esses desvalidos. Estado e Igreja se unem para proteger o deficiente, e pela Lei de Constantino, pessoa com más formações congênitas passavam a receber proteção do Estado. De acordo com Silva, (1986) por influência direta da Igreja, o Concílio da Calcedônia aprovou diretrizes que determinava reis e bispos e demais párocos a responsabilidade de se organizar e prestar assistência aos pobres e enfermos de suas comunidades além de fornecer ajuda aos deficientes que eram abandonados pelas famílias.

Em síntese, conforme registros históricos, nos primeiros séculos da Era Cristã, mesmo com algumas restrições “houve uma mudança no olhar em relação não só aos deficientes, mas também às populações humildes e pobres”. (SILVA, p, 14, 1987).

1.1 A DEFICIÊNCIA FÍSICA NA IDADE MÉDIA

A partir da Idade Média, as referências históricas revelam um olhar tenebroso, repleto de concepções místicas sobre a população com deficiência. Incapacidades físicas, problemas mentais e malformações congênitas passaram a ser consideradas como sinais da ira divina e castigo de Deus. A própria Igreja que antes acolhia, agora adota comportamentos discriminatórios, substituindo a caridade pela rejeição e perseguição àqueles que apresentassem algum sinal aparente daquilo que a considerassem anormal.

Os deficientes começam a ser vistos como seres diabólicos dotados de poderes malignos. Acreditava-se que o homem é o próprio mal quando lhe falece a razão ou lhe falta a graça celeste a iluminar lhe o intelecto: assim, dementes e amentes são, em essência seres diabólicos. (PESSOTTI, 1984, p. 12)

A perseguição às bruxas foi outro fator decisivo para fortalecer esta visão. Doenças como epilepsia, lepra, cegueira, se justificavam como efeitos de bruxarias ou possessões malignas, portanto, digna de serem exterminadas. “Só na Alemanha, cerca de cem mil pessoas foram queimadas por bruxarias, entre elas centenas de deficientes mentais”. (PESSOTTI, 1984, p. 4). Conforme Rodrigues, (2008) tanto Martinho Lutero como João Calvino defendia que pessoas com deficiências mentais eram seres diabólicos, habitados por satanás, portanto mereciam serem castigos para se purificarem.

De acordo com Pessotti, (1984) em Roma, o abandono da criança pela família era uma das alternativas, pelas leis da época, a família que porventura tivesse uma criança inválida e, caso optassem pelo seu sustento obrigatoriamente teria metade dos bens confiscados. Ainda de acordo com Diaz, (1995) outra prática costumeira era a compra de descapacitados para diversão e pedidos de esmolas.

Como se vê, durante toda a Idade Média, (século V ao século XV) a pessoa com deficiência foi considerada um problema para a sociedade, e por isso, sofreu todo tipo de desrespeito e humilhações. Em seu livro, História da loucura, o filósofo francês Michel Foucault ilustra muito bem a forma como os considerados loucos eram tratados pela sociedade.

Em “A nau dos loucos”, assim retrata Foucault.

Esses barcos que levavam sua carga insana de uma cidade para outra. Os loucos tinham então uma existência facilmente errante. As cidades escoraçavam-nos de seus muros; deixava-se que corresse pelos campos distantes, quando não eram confiados a grupos de mercadores e peregrinos. Esse costume era frequente particularmente na Alemanha em Nuremberg, durante a primeira metade do século

XV, registrou-se a presença de 62 loucos, 31 dos quais foram escorraçados. Nos cinquenta anos que se seguiram, têm-se vestígios ainda de 21 partidas obrigatórias, tratando-se aqui apenas loucos detidos pelas autoridades municipais. (FOUCAULT, 1972, p 45).

Posteriormente, no final do século XIX, com o avanço da medicina, a psiquiatria toma as rédeas da loucura Foucault (1997) e sobre o pretexto de assegurar a segurança pessoal das famílias, a imposição de novos hábitos intelectuais e morais e com promessas de cura, o Estado justifica a retirada destas pessoas para viver em asilos e não trazer prejuízos à sociedade.

A partir do Renascimento, os estudos científicos substituem o pensamento medieval a respeito da deficiência e começa a buscar explicações mais concretas acerca da deficiência.

A esse respeito afirma Silva,

Entre os séculos XV e XVII, no mundo europeu cristão, ocorreu uma paulatina e inquestionável mudança sociocultural, cujas marcas principais foram o reconhecimento do valor humano, o avanço da ciência e a libertação quanto a dogmas e crendices típicas da Idade Média. De certa forma, o homem deixou de ser um escravo dos "poderes naturais" ou da ira divina. Esse novo modo de pensar, revolucionário sob muitos aspectos, alteraria a vida do homem menos privilegiado também, ou seja, a imensa legião de pobres, dos enfermos, enfim, dos marginalizados. E dentre eles, sempre e sem sombra de dúvidas, os portadores de problemas físicos, sensoriais ou mentais. (SILVA, 1987, p. 18).

O autor afirma ainda que a partir deste período, fortalece a ideia de que era preciso olhar para o deficiente não como um possuído por maus espíritos, e sim, como alguém passível de tratamento. Cresce a partir de então o interesse acerca do problema, pesquisas na área da saúde se despontam no intuito de entender formas de tratamento, reabilitação e prevenção, mas, somente pessoas em boas situações financeiras poderiam beneficiar destes avanços científicos. Persistindo assim, a discriminação e a dependência destas pessoas por esmolas e instituições de caridade se quisessem permanecer com vida.

A partir da Revolução Industrial, com o surgimento do capitalismo e a necessidade de mão de obra barata para o trabalho; o deficiente passa a ser útil nas linhas de montagem ou nas pequenas fábricas de produção.

“A seleção de indivíduos é inicialmente cruel e seletiva, mas conforme o mercado começa a exigir uma maior produção, ocorrem à primeira manifestação dos deficientes físicos, juntamente com elas, programas de reabilitação global, incluindo a inserção profissional de pessoas deficientes”. (SCHEWINSKY, 2004, p 32).

A fim de melhor inserir esses indivíduos na sociedade e no mercado de trabalho, começa a pensar em mecanismos de adaptações e locomoção aos portadores de deficiências,

como: muletas, bengalas, macas e o próprio método do Código Braille, criado por Louis Braille em 1829, introduzindo o deficiente visual no mundo da linguagem escrita. "Os ideais burgueses da Revolução Francesa, sustentados pelo trinômio da igualdade, liberdade e fraternidade, indiscutivelmente tiveram o condão de alavancar tal dinâmica" (DIAS, 2008, p. 32).

A partir do século XIX, com a entrada de uma nova fase do pensamento moderno, consequentemente, revelado pelo avanço da ciência, um novo olhar vai sendo revelado sobre as condições de vida do deficiente. Estudos de autores consagrados contribuem com as mudanças de paradigmas acerca do assunto.

Jean-Marc-Gaspard Itard, (1774-1838) médico e psiquiatra francês, nascido na cidade de Oraison, “foi um dos precursores em estudos científicos acerca da deficiência mental” (RODRIGUES, p.16 2008). O médico ganhou destaque na história da psiquiatria francesa do século XIX, ao decidir estudar o caso do garoto Victor d'Aveyron. Uma criança com problemas mentais, provavelmente abandonada pela família e deixada na floresta para morrer, foi encontrada nas proximidades da cidade de Aveyron e levada para Paris a fim de receber cuidados médicos.

Em setembro de 1799, um menino, de cerca de 12 anos de idade, foi encontrado perto da floresta de Aveyron, sul da França. Estava sozinho, sem roupa, andava de quatro e não falava uma palavra. Aparentemente fora abandonado pelos pais e cresceu sozinho na floresta. O jovem médico Jean-Jacques Gaspar Itard encontrou um aglomerado de pessoas observando o menino enjaulado, a quem chamavam de menino macaco. Com autorização judicial, o médico o conduziu à sua residência, onde se propôs a tratá-lo e educá-lo, tornando-o objeto de investigações científicas. Aparentemente seis a oito anos de idade, surdo e mudo, com posturas próximas do animalesco, o menino que fora capturado no mato, onde teria sido abandonado ainda recém-nascido, quase nada aprendeu. Itard observou meticulosamente o menino durante três anos, período que teve de sobrevivência em ambiente social. Entre as letras do alfabeto fonético, o menino aprendeu apenas a pronunciar o "ô" derivando daí o nome Victor e o sobrenome d'Aveyron, região onde foi capturado. Durante este período, o máximo de imagens que Victor conseguiu reconhecer foi o desenho de uma garrafa de leite no quadro negro. Itard levantou comportamento e reações de Victor, relacionou-os e fez descobertas importantes, como as relações fisiológicas garganta, nariz, olhos e ouvidos. Assim criou a otorrinolaringologia. Foi o fundador da Psicologia Moderna e da Educação Especial; forneceu importantíssimos elementos para o estudo do significado das aquisições culturais ao funcionamento da inteligência humana. Ao final do trabalho, Victor não era mais o menino selvagem de quando fora encontrado, mas, também, não se tornou, de acordo com os parâmetros de época, humano (RODRIGUES, 2008, p. 12)

Contrariando a visão demonológica, que de certa forma ainda persistia no imaginário de algumas pessoas a respeito do deficiente; Itard entendia o idiota como insuficiente cultural. A partir dos estudos de Itard, outros estudiosos pronunciaram a respeito do assunto. No caso em tela, o selvagem de Aveyron, Phillippe Pinel, (1745-1826) considerado por muitos o pai

da psiquiatria, ao contrário de Itard, afirmava que o problema da deficiência mental estaria associado a fatores biológicos e ambientais, teoria que muitos estudiosos acerca da mente humana ainda adotam até os dias de hoje. Segundo Rodrigues, (2008) Pinel considerava ainda que os seres humanos que sofriam de perturbações mentais eram doentes e que ao contrário do que acontecia na época, deviam ser tratados como doentes e não de forma violenta.

Outra contribuição fundamental para o ramo da psicologia genética veio de Edouard Seguin, (1812-1880) especialista em deficiência mental e ensino, ao reconhecer a importância de treino sensório motor para o desenvolvimento dos deficientes mentais. Em seus estudos a respeito do assunto, Seguin propõe uma teoria psicogenética e afirma que, qualquer que fosse o gênero da deficiência dependeria de três aspectos: “o grau de comprometimento de suas funções orgânicas, o quanto de inteligência que o deficiente apresentava e a habilidade na aplicação do método” (Rodrigues, 2008 p. 12). Em seu livro *Tratament Moral*, descreve diferentes tipos e níveis de deficiência, fato importante para o pensamento da época. Para Edouard Seguin

A idiotia é uma enfermidade do sistema nervoso que tem por efeito radical subtrair todo ou parte dos órgãos e faculdades da criança à ação regular de sua vontade e se aponta sob duas formas essenciais: 1 - afecção de toda ou parte das massas nervosas, que dá lugar a idiotia profunda; 2 - afecção parcial ou total dos aparelhos nervosos, que se ramificam pelos tecidos”. (SEGUIM, apud RODRIGUES, 2008, p. 13)

O pensamento destes estudiosos na área da psicologia, de certa forma também influencia o pensamento pedagógico e consequentemente, por influência da concepção destes autores, começa a surgir as primeiras escolas exclusivas para o deficiente mental. De acordo com Rodrigues, nessa época, surge Johann Heinrich Pestalozzi grande defensor da educação pública,

Para Pestalozzi, a escola deveria ser como um lar, pois essa era a melhor instituição de educação, base para a formação moral, política e religiosa. Todo homem deveria adquirir autonomia intelectual para poder desenvolver uma atividade produtiva autônoma. O ensino escolar deveria propiciar o desenvolvimento de cada um em três campos: o da faculdade de conhecer, o de desenvolver habilidades manuais e o de desenvolver atitudes e valores morais. (Rodrigues, 2008, p. 14).

Quanto à situação do deficiente no Brasil, conforme Rodrigues (2008) pelo menos até o final do século XIX foi influenciada pelos costumes e informações vindo da Europa. De acordo com o autor:

O abandono de crianças com deficiências nas ruas, portas de conventos e igrejas era comum no século XVII, que acabavam sendo devoradas por cães ou acabavam morrendo de frio, fome ou sede. “A criação da “roda de expostos” em Salvador e Rio de Janeiro, no início do século XVIII e, em São Paulo, no início do século XIX, deu início a institucionalização dessas crianças que eram cuidadas por religiosas.” (Rodrigues, 2008, p. 15).

A Casa da Roda dos Expostos, o que mais tarde ficou conhecida como Santa Casa de Misericórdia foi desenvolvida pela igreja Católica no sentido de dar assistência aos necessitados. A primeira delas construídas no Brasil data-se de 1726, na cidade de Salvador/BA. Logo em seguida, 1738, outra Casa de Exposto foi construída na cidade do Rio de Janeiro e consequentemente outras foram surgindo pelo país afora.

No decorrer da Segunda Guerra Mundial, um novo período vergonhoso volta a repetir na história mundial relacionada aos deficientes. A ascensão de regimes totalitários acentuou a intolerância nos mais diversos níveis sociais e de certa forma os deficientes físicos e mentais não conseguiram escapar da onda de extermínio adotada por Hitler. Mesmo com o protesto da igreja contra a política adotada pelo maior ditador da história da Alemanha, milhares de deficientes físicos e mentais foram levados às câmaras de gás ou submetidos a experiências subumanas.

“[...] a rigor, a primeira câmara de gás foi utilizada contra pacientes de um hospital psiquiátrico no programa nazista chamado de eutanásia”, que matou cerca de 100 mil alemães considerados “doentes mentais e incuráveis”, entre eles epiléticos, surdos, cegos, pessoas com lábio leporino, às vezes também pessoas consideradas “associais” e judeus. (CYTRYNOWICZ, 1995, p. 217).

De acordo com Cytrynowicz, (1995) para legalizar suas experiências absurdas de esterilização, Hitler criou decretos justificando a necessidade, pois somente assim teria êxito na experiência de conseguir a eugenia. Diante disto, populações inteiras foram esterilizadas a fim de obter o equilíbrio racial enquanto pesquisavam formas de multiplicar a chamada "raça pura".

Acerca do assunto, destaca Cytrynowicz.

Para o nazismo, a medicina deveria se ocupar da higiene racial, da pureza étnica, e não dos indivíduos. Esta ideia deriva da visão de que a história era movida por uma permanente luta entre raças, luta na qual os arianos seriam vencedores. Aos nazistas se viam, portanto, como agentes biológicos que intervinham em um processo histórico-natural para abreviar um fim que se imporia pela lógica da história, que daria a vitória aos arianos. (CYTRYNOWICZ: 1995, 217).

A presença de duas guerras mundiais em pouco mais de duas décadas, resultou em um contingente expressivo de mutilados no país. Dessa forma, era preciso amparar o cidadão que necessitava não apenas readaptar sua condição de amputado, mas também sua condição social e de sobrevivência. Cria-se então o sistema de Seguridade Social para amparar o deficiente físico através de uma remuneração propiciando-lhe uma vida menos sofrida.

Ainda, no campo da formalidade, em meado do século XX na sede da ONU em Nova York, é aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos e em comum acordo com inúmeros países, o artigo 25 faz menção explícita à pessoa com deficiência,

1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle. 2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas, dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social. (CYTRYNOWICZ, 1995, p. 217).

Na década de 60 (sessenta), as disputas políticas, durante o período militar, impediram que novas ações evoluíssem. No ano de 1975 (mil novecentos e setenta e cinco), a Assembleia Geral da ONU, aprova a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes e, em 1979, a mesma Assembleia, traça um plano mundial, integrando 23 países que assumiram a responsabilidade de promover a política de assistência às pessoas com deficiência. Devido interesses políticos partidários, o Brasil acabou sendo excluído deste acordo.

Em 1980, a partir de movimentos sociais em defesa dos direitos humanos e da democracia, o então presidente da República na época, João Figueiredo, assina o Decreto nº 84.919/80 que cria a Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes cujo objetivo do decreto era a reabilitação, a prevenção, capacitação profissional, educação, remoção de barreiras arquitetônicas, legislativas e outras. Embora a lei fora criada, os objetivos não foram concretizados de imediato e ainda hoje há pressão de parte da sociedade para que a Lei de Acessibilidade seja efetivada.

De certa forma, a partir da oficialização deste documento, novas ações foram desenvolvidas chamando a atenção acerca desta parcela da população. Através da Resolução 37/53 aprovada na Assembleia Geral da ONU, em 1982, foi declarada A Década da Pessoa Portadora de Deficiência (1983-1992) referindo-se ao Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiências.

Em outubro de 1986, através do Decreto Nº 93.481, cria-se a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) a quem incumbe à coordenação geral de todas as ações estatais, assuntos e medidas que envolvam as pessoas com deficiência, em articulação com os órgãos da Administração Pública Federal (BRASIL, 1986).

Outro marco importante se deu em torno da promulgação da Constituição Federal no ano de 1988, tendo em vista que em vários de seus dispositivos, assegura tratamento diferenciado às pessoas portadoras de deficiência e consequentemente provocaram alterações de paradigmas nas relações sociais e nas condições de vida da pessoa com deficiência.

De certa forma, a Constituição Federal de 1988, ao adotar a uma perspectiva moderna e abrangente dos direitos individuais e coletivos retoma a discussão e provoca uma nova tomada de posição acerca do assunto. Os artigos 205, 206 e 208 que trata a respeito da

Educação Básica no país são de grande importância para essa toma de posição em torno da Educação Inclusiva.

Nesta mesma linha de importância vale também destacar a Lei nº 7.853/89 que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social que consolida os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, além de instituir a tutela jurisdicional de interesses difusos e coletivos destas pessoas. Por fim, também merece destaque no campo internacional a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência, ou a também conhecida como Convenção de Guatemala. De certa forma, dezenas de outras Leis, Decretos, Normas técnicas foram criadas a partir destas iniciativas, mas que serão citados em momentos oportunos.

A partir destes poucos parágrafos, foi possível destacar diversos relatos que exemplificaram a vida da pessoa com deficiência ao longo da história. O tratamento, sempre reservado a essa minoria, recheados de histórias ora de extermínio, ora de segregação ou assistencialismo impõe, nos dias atuais, um olhar mais atento para com a temática, e, de certa forma, propõe a necessidade de não esquecer esse passado sombrio, não só para evitar que outras situações semelhantes aconteçam, mas que os próximos capítulos sejam escritos a partir de um novo olhar que caminha em busca da verdadeira inclusão social como expressão do princípio da igualdade, cuja análise será reservada ao próximo capítulo deste trabalho.

2 O PRINCÍPIO DA IGUALDADE E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os relatos históricos apresentados no capítulo anterior, acerca do tratamento dispensado às pessoas com deficiência na sociedade, desde épocas remotas até os dias atuais, suscitam a necessidade de um olhar mais atento e urgente da sociedade e do Estado para com esta parcela da população. Embora, nas últimas décadas, tem crescido a pressão popular pela busca de direitos, e os Organismos Internacionais têm cobrado ações efetivas dos países ao redor do mundo, em favor das minorias excluídas, elas ainda carecem de ações efetivas, por parte dos Estados, para satisfazer necessidades básicas.

Em relação ao Brasil, um robusto conjunto de normas constitucionais, aprovadas nas últimas décadas, aponta para possibilidades que, em um futuro bem próximo, diminua a dívida social acumulada há séculos, em favor destas minorias. Porém, é necessário ficar atentos, se o discurso daqueles que têm se levantado contra as injustiças sociais não se intensificar, se a sociedade continuar apenas assistindo tudo passivamente, enxergando as ações do Estado como favores continuarão à espera de ações concretas dos governantes, tendo seus direitos mitigados e mantendo-se refém de todo tipo de violência que compromete diretamente o futuro dessas gerações.

Ao elaborar a Carta Magna do país, em 1988, o Constituinte Originário inaugurou uma nova ordem jurídica no Brasil, evidenciando anseios e expectativas, que há anos vinham sendo perseguidos, pelas mais diversas camadas sociais. O respeito aos direitos humanos, à dignidade da pessoa humana e a valorização de um ambiente plural e democrático são propostas explicitamente elencadas como valor principiológico na Constituição de 1988. O combate às desigualdades, o respeito às diferenças e a construção de uma sociedade justa e igualitária foram, também, compromissos assumidos pela República perante seus cidadãos. Contudo, já se passara quase três décadas de sua promulgação e os problemas centrais da sociedade, como violência urbana, desemprego, má qualidade dos serviços públicos como saúde, educação, falta de saneamento básico, continuam a fazer parte da realidade de milhões de brasileiros reforçando as desigualdades.

De certo modo, há de se reconhecer que alguns grupos mais organizados de uma pequena parcela da população brasileira, tem conseguido avançar diante de algumas pautas sociais, todavia, a grande maioria, em especial as pessoas com deficiência, continuam renegadas às migalhas oferecidas pelo poder público, que pouco tem contribuído para mudar

o quadro de exclusão e preconceito que sempre os acompanharam desde os primórdios da história.

A Constituição Federal, em seu artigo 7º XXXI ¹ proíbe a discriminação tanto em relação aos critérios de admissibilidade quanto em relação à política salarial voltada para a pessoa deficiente, mas, a realidade nos apresenta uma gama destas pessoas desempregadas ou sobrevivendo do mercado informal, outras ainda dependentes de esmolas e as que são admitidas em um emprego, dificilmente conseguem ocupar os espaços mais altos garantidos dentro das empresas.

O artigo 23², também da Constituição, sustenta como competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios o cuidado com a saúde, a assistência pública e proteção das garantias da pessoa com deficiência, porém no plano material não é isso que acontece.

Diante destas evidências é preciso encontrar formas para combater essas injustiças. Discutir o velho problema do preconceito, da falta de oportunidades e de políticas efetivas, que ainda faz parte da realidade de milhões de brasileiros e brasileira é uma forma de trazer à tona a problemática e somar às vozes daqueles que sentem na pele todos os dias tais problemas. É também uma forma de contribuir com as organizações envolvidas há décadas com iniciativas de amparo ao deficiente físico e deficiente mental a fim de que essas pessoas possam, em um futuro, gozar de uma vida mais digna.

Em virtude do legado deixado por um longo processo cultural, que trouxeram marcas profundas a população com deficiência no país, a Constituição Federativa do Brasil, dedicou inovações marcantes em seu texto constitucional. Entre as séries de direitos, antes relegados, alguns contemplam diretamente ao grupo de pessoas com deficiência.

Ao assegurar (artigo 205, caput) a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família visando o pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, o Constituinte Originário pretendeu, através do Estado Democrático, dar efetividade a cidadania e a dignidade da pessoa humana, eleitos como

¹Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XXXI – proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

²Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

fundamentos da República Federativa, conforme especificado nos incisos II e III do artigo primeiro da Constituição.

No artigo (206, inciso I), elege também a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” como um dos princípios da Constituição, reafirmando assim, o compromisso de que ninguém poderá ser excluído do direito à educação. Ainda em se tratando do direito à educação, no artigo 208, incisos III e V, a Constituição de 1988, acrescenta o compromisso do Estado em efetivar “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988) e “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (BRASIL, 1988).

De acordo com Silva

Ao determinar que o ensino especializado seja preferencialmente, ministrado na rede regular de ensino, o Constituinte tomou cuidado de proteger a pessoa portadora de deficiência a eventual discriminação, buscando integrá-la socialmente. (SILVA, 2003, p. 478).

De certa forma, é preciso chamar atenção à expressão, preferencialmente na rede regular de ensino, para Araújo (2012) não há dúvida que esta foi uma preocupação do legislador tanto no sentido de incluir como proteger a pessoa com deficiência, mas, para isso, conforme recomenda legislações específicas, não só os professores deverão estar preparados para oferecer esse atendimento, como também, o espaço que vai receber esse aluno precisa ser adaptado as suas condições, no sentido de facilitar sua locomoção além de disponibilizar de recursos que possam estimular e favorecer o aprendizado.

Segundo afirma Luiz Alberto David Araújo acerca do assunto;

Com a inclusão educacional do portador de deficiência, todos vão conviver com suas dificuldades, e isso vai, de um lado, permitir que a criança portadora de deficiência seja incluída nos desafios regulares da rede de ensino, e de outro contribuirá sobremaneira para o desenvolvimento do espírito de solidariedade do grupo (ARAÚJO, 2012, p. 90).

Conforme verificado até aqui, a Constituinte de 1988, comprometido com a ordem interna e internacional, assegurou a todo cidadão do país, independente de sexo, cor, idade, credo e posição social o pleno exercício dos direitos sociais e individuais, bem como a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça com valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos (preâmbulo da Constituição). Essa realidade social e democrática que se instalou a partir da promulgação da Constituição pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988, desautoriza qualquer tentativa

de negar ou esvaziar a natureza jurídica dos direitos sociais, como se estes não fossem verdadeiros direitos.

Nesse sentido, a inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino, é uma tentativa de ao mesmo tempo evitar a segregação em espaços de convivência pensados exclusivamente para elas, e permitir que a pessoa com deficiência possa participar social e democraticamente em espaços educativos até então dificilmente por ela alcançado.

De acordo com Luzia Gomes da Silva:

A criança portadora de deficiência, ao ingressar no ensino regular, passa a desenvolver atividades com outras crianças não portadoras de deficiência ou portadoras de outras formas de deficiência, a partir de critérios próprios, que serão escolhidos pelos professores que, capacitados para tanto, saberão acompanhar e avaliar cada aluno dentro de sua realidade. (SILVA, 2012, p. 18).

Além da Constituição Federal, há um extenso rol de leis esparsas que reconhece a condição de hipossuficiência da pessoa com deficiência buscando integrá-la não somente na escola, mas na sociedade como um todo. A Lei Complementar nº 53³ de 1986, por exemplo, isenta a pessoa com deficiência do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria) na compra de veículos destinada ao uso particular.

No mesmo sentido, a Lei nº 8.989⁴ de 24 de fevereiro de 1995, também dispõe sobre a isenção do IPI (Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados), na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como das pessoas portadoras de deficiência física.

A publicação do Decreto Lei nº 7.853/89⁵ trouxe como garantia o acesso das pessoas com deficiência a programas governamentais nas áreas de: Educação, saúde, formação profissional, recursos humanos e edificações. A lei trata também das atribuições prioritárias no tratamento dos assuntos relacionados à pessoa portadora de deficiência, por meio de órgãos de coordenação federal (CORDE) e reforça a atuação do Ministério Público para

³ Art. 1º Ficam isentos do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM, os veículos automotores nacionais que se destinarem a uso exclusivo de paraplégicos ou de pessoas portadoras de defeitos físicos, os quais fiquem impossibilitados de utilizar os modelos comuns.

⁴ Art. 1º Ficam isentos do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI os automóveis de passageiros de fabricação nacional, equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos, de no mínimo quatro portas inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustíveis de origem renovável ou sistema reversível de combustão, quando adquiridos por: [...] IV – pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autista, diretamente ou por intermédio de seu representante legal;

⁵ Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

intervir em ações públicas, coletivas ou individuais, em que sejam discutidos interesses das pessoas com deficiência.

O artigo 93 de Lei 8.213 de 1991, que dispõe sobre os Planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Regulamentada pela Lei 13.135/2015⁶, introduz a reserva de mercado e estabelece a obrigatoriedade ao empregador de preencher cargos com beneficiários reabilitados da Previdência Social ou com pessoa portadora de deficiência habilitada. Assim reza o dispositivo.

A lei assegura também outros direitos imprescindíveis à vida do deficiente, entre eles, benefício por invalidez, acrescido de 25% (vinte e cinco por cento) em caso da necessidade de ajuda permanente. Em caso de sofrer acidente e apresentar sequelas que impliquem em redução de sua capacidade de trabalho, terá o direito ao auxílio acidente de valor igual a 50% (cinquenta por cento) do salário benefício média das maiores contribuições correspondente a 80% (oitenta por cento) do período contributivo.

O Decreto Lei nº 8.883 de 08 de junho de 1994, que altera dispositivos da Lei nº 8.666/93, regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal que dispensa a licitação para a contratação de associação de portadores de deficiência, que não tenha fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para prestação de serviços ou fornecimentos de mão-de-obra nos seguintes termos:⁷

A LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) foi também uma conquista fundamental em termos de legislação. Possui, dentre seus objetivos, a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência que comprove não possuir meios de prover a

⁶ Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 Empregados. 2%;

II - de 201 a 500. 3%;

III - de 501 a 1.000. 4%;

IV - de 1.001 em diante, 5%.

⁷ XX - na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Assim está estampado o artigo 20 da Lei nº 8.742/93 ⁸que aduz:

A Lei nº 8.899 de 29 de junho de 1999, concede passe livre aos portadores de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual⁹. A Lei nº 9.867/1999¹⁰ dispõe sobre a criação e o funcionamento das Cooperativas Sociais, visando à integração dos cidadãos, da seguinte forma. A Lei nº 13.146¹¹ de 06 de julho de 2015, instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, o então chamado de Estatuto da Pessoa com Deficiência que estabelece direitos Fundamentais para que a pessoa com deficiência possa viver uma vida com dignidade.

O Decreto nº 3.956/2001 promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as pessoas Portadoras de Deficiência, que diz:

Valem citar também o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098 de 2000, dispõe sobre a formação de profissionais a fim de facilitar a comunicação direta à pessoa com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Não há dúvidas que todas as normas até aqui citadas, apontam para políticas de proteção aos interesses das pessoas com deficiência. Além dessas medidas que visam a proteção de direitos, no campo internacional há também um rol extensivo de tratados, onde o Brasil se compromete atendê-los propondo medidas que possa incluir a pessoa com deficiência na sociedade através de melhor atendimento e combate a todo tipo de discriminação.

⁸ Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família

⁹ Art. 1º É concedido passe livre às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual.

¹⁰ Art. 1º As Cooperativas Sociais, constituídas com a finalidade de inserir as pessoas em desvantagem no mercado econômico, por meio do trabalho, (...).

Art. 3º Consideram-se pessoas em desvantagem, para os efeitos desta Lei:

I – os deficientes físicos e sensoriais;

¹¹ Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

No campo educacional, há também nas últimas décadas um vasto apanhado de Leis, Decretos, Notas técnicas, normativas e Portarias com proposta de Educação Inclusiva. Um dos mais importantes destes registros, na área da educação inclusiva, trata-se do Decreto 7,611/2011¹² que reafirma o compromisso da União, Estados e Municípios acerca da Educação Especial conforme diretrizes a seguir.

Vale também ressaltar a Resolução nº 04, do Conselho Nacional da Educação, de outubro de 2009¹³, que institui diretrizes de operacionalização para a Educação Especial, propõe manter um sistema educacional inclusivo, com atendimento do Ensino Especial, preferencialmente, nas salas de aulas da própria escola, com disponibilidade de recursos multifuncionais, e que atenda à pessoa com deficiência, independente de faixa etária ou nível de instrução.

A Lei nº 9.394/96¹⁴ (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) em seus artigos 58 e 59 também dispõe acerca dos direitos à educação à pessoa com deficiência nas seguintes condições:

¹² Art. 1º, IV – garantia de ensino gratuito e compulsório asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;
V – oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
VII – oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino;

¹³ O Art. 1º da Resolução Nº 04 de outubro de 2009 afirma que os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

¹⁴ Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolares ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade e específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante

Conforme até aqui destacados, diversas leis, a partir da Constituição Federal reconheceram a pessoa com deficiência como agente de direitos e pretenderam incluir essas pessoas na sociedade de diversas formas. Assegurar essas políticas conforme estão estabelecidas, considerando os espaços de convivências democráticas bem como oportunizar o gozo dos direitos em sua plenitude é uma expectativa de todo cidadão, em especial aqueles que têm perseguido os valores de combate às desigualdades, e aberto cominho em direção à construção de uma sociedade justa e igualitária.

De acordo com Moraes (2009), a sociedade tem caminhado em busca destes valores, mas os postulados que fortalecem este caminho, como liberdade, igualdade de oportunidades, respeito às diferenças e dignidade da pessoa humana ainda apresentam distante e na maioria das vezes ausentes. Constata-se no dia a dia, que os poderes da República, constituídos, justamente para defender os princípios éticos e projetar os ideais de justiça e cidadania, lamentavelmente, muitos se encontram desacreditados.

Outro entrave burocrático do Estado Social se deve a ineficiência da máquina pública. Os recursos limitados colocados a serviço da Justiça têm causado enormes prejuízos ao país e tornado a prestação jurisdicional inacessível para grande parte da população. De tão lenta e inoperante, nossa “justiça” se transformou em refúgio de todo tipo de criminosos, principalmente dos grandes empresários e da classe política que fazem suas manobras convictas de que não serão punidos.

A esse respeito afirma Moraes;

A elite política e social brasileira não tem interesse em garantir acesso material à justiça! Pois se assim o fizer, a mesma terá que responder por todos os descabros resultantes de uma omissão que ceifa a dignidade e impossibilita o exercício da cidadania. (MORAIS, 2009, p.140)

O autor afirma ainda que;

(...) é possível perceber também o descaso do Poder Público brasileiro com nossa questão social. O Estado omissor, que não cumpre seus deveres de prestação positiva elencados na Constituição Federal, não garantindo direitos sociais à população, principalmente à população carente, a qual se acha desprovida de reforma agrária, saúde e educação de qualidade, previdência social e assistência social satisfatórias, não poderia garantir um efetivo acesso à justiça, sob pena de se ver coagido em todos os momentos pelos resultados de suas próprias mãos. (MORAIS, 2009, p. 138).

articulação com órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual e psicomotora. (BRASIL: 2007)

“Muito da mitigação que hoje chega aos tribunais deve se ao desmantelamento do Estado Social” (SANTOS, 2007, p. 18). E se o aparelho judicial não cumpre com sua tarefa, se os direitos sociais não se materializam as conquistas garantidas através das leis não passarão de papel em branco.

De certa forma, no campo da formalidade tem se alcançado uma série de contratos jurídicos capazes de resolver os problemas sociais que se levantam cada dia contra a dignidade da maioria dos cidadãos. O que faltam no momento são políticas efetivas que concretize os ideais de cidadania e justiça tão bem idealizados pela República. E neste país de contraste, o desafio que se levanta é continuar a enfrentar essa herança maldita da injustiça social que sempre acompanhou o cidadão menos favorecido, e a materialização da verdadeira escola inclusiva é uma desses desafios que se apresenta diante de uma realidade distante, todavia possível.

3 CONTEXTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS PARA O ATENDIMENTO DO DEFICIENTE NO BRASIL

Na primeira parte deste trabalho, foi feita uma abordagem histórica sobre as condições de vida das pessoas com limitações físicas, intelectuais e debilidade mental no decorrer do tempo, constatou-se que durante séculos o deficiente mental e o deficiente físico sofreram todo tipo de violência, humilhações e morte simplesmente porque viviam em situações diferentes daqueles considerados normais para os padrões sociais da época.

No segundo capítulo, apontamos uma exaustiva preocupação do Constituinte em assegurar direitos fundamentais, a fim de amparar a pessoa com deficiência, mas que no campo das implementações das políticas sociais, muitos desafios ainda se apresentam contra a efetivação das prestações positivas por parte do Estado. Nesta terceira parte, será feita uma abordagem acerca das políticas públicas educacionais no Brasil, voltadas para a inclusão dos portadores de deficiências mentais e deficiências múltiplas e dos avanços ocorridos na legislação. Mas, antes de adentrar nesta seara, é preciso distinguir, mesmo que em breves palavras, a deficiência mental da deficiência múltipla para posteriormente retornar ao assunto proposto no subtítulo deste capítulo.

Falar acerca da “deficiência” não é uma tarefa fácil, principalmente por tratar de um assunto que até poucas décadas era considerado tabu, e que ainda nos dias atuais, temas como estes, necessitam de tratamento especial por parte do Estado, no sentido de combater o preconceito e diminuir a distância que separa essa pequena parcela, dos demais membros da sociedade, tanto por busca de direitos e cidadania como por melhores condições de vida e oportunidades. Por isso, antes de aprofundar um pouco mais a respeito do assunto, e para não cometer os equívocos que o senso comum sempre acomete é preciso deixar claro que deficiência mental e doença mental são coisas distintas.

No primeiro caso, trata-se de uma limitação, que de certa forma pode até ser causada por uma doença, mas não necessariamente que seja uma doença, no segundo, trata-se de uma doença psíquica que exige tanto o acompanhamento de um psiquiatra como o uso de medicamentos específicos para cada situação. Para melhor explicar sobre a terminologia, é conveniente recorrer as palavras de Elisabete Giusti, coordenadora do programa de Prevenção da APAE de Limeira/SP que assim o define.

A deficiência intelectual não é uma doença, mas sim uma limitação. Tal limitação até pode ser causada por uma doença, assim como também pode ser causada por acidentes, condições socioeconômicas desfavoráveis que levam à privação de estímulos, desnutrição, fatores orgânicos, hereditários e também por fatores

genéticos. Já, a doença mental, trata-se de uma doença psíquica, que engloba uma série de condições que podem provocar alterações que vai interferir nas condições psíquicas mais profundas do indivíduo, provocando alterações de humor e comportamento que passa a afetar o desempenho do doente mental na sociedade, por isso, a doença mental precisa ser tratada por um psiquiatra, valendo-se de uso de medicamentos específicos para cada situação. Jornal: APAE em Notícias/Limeira - nº38, Jan/Fev/Mar, 2012 p. 03. Disponível em: www.apaesp.org.br/instituto acesso 22/12/2015

Nos últimos anos, uma gama de nomenclaturas tem sido utilizada para retratar o indivíduo com dificuldade de raciocínio e compreensão de mundo. Muitas das nomenclaturas utilizadas no decorrer da história, de certa forma, estigmatizavam, excluíam ainda mais o deficiente intelectual do convívio social. Após estudos, debates e diversas iniciativas por parte de familiares, profissionais da área e grupo de apoio ao deficiente, foi adotada uma nomenclatura moderna para referir à pessoa que possui limitações, sejam elas físicas e ou intelectuais.

a (CIF) Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, adotada como marco conceitual para o Relatório Mundial sobre deficiência, a Associação Internacional do Estudo Científico da Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento (do Inglês, International Association for the Scientific Study of Intellectual and Developmental Disabilities – IASSIDD) fundada em 1964 na Europa e a Associação Americana de Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento (do Inglês, American Association on Intellectual and Developmental Disabilities – AAIDD) fundada em 1876 nos E.U.A adotaram o termo que antes era considerado “portadores de deficiência física e ou intelectual” por pessoa com deficiência física ou pessoa com deficiência intelectual. Glossário Temático Deficiência Intelectual: 2014. disponível in www.apaesp.org.br/instituto, acesso em 22/12/2015

Tendo em vista as mudanças ocorridas em torno da terminologia acima retratada, e no sentido de melhor adequá-la ao contexto vigente, também será adotado a partir deste momento, o termo pessoa com deficiência mental e pessoa com deficiência múltipla toda vez que houver necessidade de se referir ao indivíduo que possui limitações físicas e ou mentais.

Para fins de melhor contribuir a respeito da terminologia relacionada a pessoa com deficiência física ou intelectual, e esclarecer possíveis dúvidas a respeito, será citada importantes considerações de outros estudiosos e instituições ligadas ao assunto, sobre a definição da mesma. A AAMR, (Associação Americana de Deficiência Mental e o DSM-IV, Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), adota o seguinte conceito:

Pode-se definir deficiência mental como o estado de redução notável do funcionamento intelectual inferior à média, associado a limitações pelo menos em dois aspectos do funcionamento adaptativo: comunicação, cuidados pessoais, competência domésticas, habilidades sociais, utilização dos recursos comunitários, autonomia, saúde e segurança, aptidões escolares, lazer e trabalho. Segundo critérios das classificações internacionais, o início da Deficiência Mental deve ocorrer antes dos 18 anos, caracterizando assim um transtorno do desenvolvimento e não uma alteração cognitiva como é a Demência. É preciso que haja vários sinais para que se suspeite de deficiência mental. Um único aspecto não pode ser considerado como indicativo de qualquer deficiência. A deficiência mental pode ser caracterizada por um quociente de inteligência (QI) inferior a 70, média apresentada pela população,

conforme padronizado em testes psicométricos ou por uma defasagem cognitiva em relação às respostas esperadas para a idade e realidade sociocultural, segundo provas, roteiros e escalas, baseados nas teorias psicogenéticas¹⁵.

Sobre Deficiência Intelectual, a Apaesp, Instituto das APAES de São Paulo, assim define:

A Deficiência Intelectual, segundo a Associação Americana sobre Deficiência Intelectual do Desenvolvimento AAIDD, caracteriza-se por um funcionamento intelectual inferior à média (QI), associado a limitações adaptativas em pelo menos duas áreas de habilidades (comunicação, autocuidado, vida no lar, adaptação social, saúde e segurança, uso de recursos da comunidade, determinação, funções acadêmicas, lazer e trabalho), que ocorrem antes dos 18 anos de idade. No dia a dia, isso significa que a pessoa com Deficiência Intelectual tem dificuldade para aprender, entender e realizar atividades comuns para as outras pessoas. Muitas vezes, essa pessoa se comporta como se tivesse menos idade do que realmente tem. A Deficiência Intelectual é resultado, quase sempre, de uma alteração no desempenho cerebral, provocada por fatores genéticos, distúrbios na gestação, problemas no parto ou na vida após o nascimento. Um dos maiores desafios enfrentados pelos pesquisadores da área é que em grande parte dos casos estudados essa alteração não tem uma causa conhecida ou identificada. Muitas vezes não se chega a estabelecer claramente a origem da deficiência. Entre os inúmeros fatores que podem causar a deficiência intelectual, destacam-se alterações cromossômicas e gênicas, desordens do desenvolvimento embrionário ou outros distúrbios estruturais e funcionais que reduzem a capacidade do cérebro.

O Ministério de Educação e Cultura (MEC), assim define pessoa com deficiência:

[...] considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (BRASIL, 2007, p. 9).

O Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001, (DOU 9/10/2001) que Promulga a Convenção Interamericana Para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, em seu artigo primeiro adotou a seguinte definição para deficiência:

"O termo deficiência significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social." Disponível em: http://www2.mp.pr.gov.br/cpca/telas/ca_igualdade_29_3_3_1_1.php

¹⁵ Disponível em: <http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/deficiencia-mental.htm>. Acesso em 17/12/2015

No Decreto Legislativo nº 186, de 2008, da Presidência da República, onde o Governo Federal aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007 assim recepciona a terminologia:

“a deficiência é um conceito em evolução e que resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas “. (BRASIL: 2008)

De acordo com a (OMS) Organização Mundial da Saúde, e conforme padrões estabelecidos por testes psicométricos seguidos por provas, roteiros e escalas baseadas em teorias psicogenéticas, a deficiência mental pode ser caracterizada por um quociente de inteligência (QI) inferior a 70, média apresentada pela população. O Instituto APAE de São Paulo, elaborou um Glossário sobre Deficiência Intelectual, o qual foi considerado pelas autoridades no assunto como um trabalho pioneiro e único até os dias atuais acerca de terminologias relacionadas à deficiência física e mental. Além de reunir um vasto repertório de palavras, termos, conceitos e siglas utilizadas tanto na área da saúde, como nas áreas da educação, da assistência social e inclusão, o Glossário traz também uma importante abordagem que permite identificar a extensão do comprometimento comportamental e o grau de comprometimento da deficiência do indivíduo.

De acordo com as informações apresentadas no Glossário Temático elaborado pela APAE/SP, o “retardo mental” apresenta subdivisões que se estende de F70 a F79 para identificar a extensão do comprometimento comportamental da pessoa. A tabela utiliza-se de denominações como: leve, moderado, agudo e profundo, isto é, quanto maior a numeração da categoria, que vai de F70 a F79, maior o grau de comprometimento mental do indivíduo. Veja a transcrição da terminologia abaixo e em seguida um resumo em forma de tabela.

F70 – RETARDO MENTAL LEVE. Amplitude aproximada do QI entre 50 e 69 (em adultos, idade mental de 09 a 12 anos). Provavelmente devem ocorrer dificuldades de aprendizado na escola. Muitos adultos serão capazes de trabalhar e de manter relacionamento social satisfatório e de contribuir para a sociedade. Inclui: atraso mental leve, debilidade mental, fraqueza mental, oligofrenia leve, subnormalidade mental leve.

F71 – RETARDO MENTAL MODERADO. Amplitude aproximada do QI entre 35 a 49 (em adultos, idade mental de 06 a 09 anos). Provavelmente devem ocorrer atrasos acentuados do desenvolvimento na infância, mas a maioria dos pacientes aprende a desempenhar algum grau de independência em relação aos cuidados pessoais e adquire habilidades adequadas de comunicação e acadêmicas. Os adultos necessitarão de assistência em grau variado para viver e trabalhar na comunidade. Inclui: atraso mental médio, oligofrenia moderada, subnormalidade mental moderada.

F72 – RETARDO MENTAL GRAVE. Amplitude de QI entre 20 e 35 (em adultos, idade mental de 03 a 06 anos). Provavelmente deve ocorrer a necessidade de assistência contínua. Inclui atraso mental grave, oligofrenia grave, subnormalidade mental grave.

F73 – RETARDO MENTAL PROFUNDO. QI abaixo de 20 (em adultos, idade mental abaixo de 03 anos). Devem ocorrer limitações graves quanto aos cuidados pessoais, continência, comunicação e mobilidade. Inclui: atraso mental profundo, oligofrenia profunda, subnormalidade mental profunda¹⁶.

Levando em consideração tudo o que foi retratado até aqui, em relação ao conceito de deficiência intelectual, resta agora compreender melhor acerca do que venha a ser “pessoa com deficiência múltipla”. Para isso será citado Ricardo Ampúdia, que assim retrata sobre a terminologia.

A deficiência múltipla é a ocorrência de duas ou mais deficiências simultaneamente - sejam deficiências intelectuais, físicas ou ambas combinadas. Não existem estudos que comprovem quais são as mais recorrentes. As causas podem ser pré-natais, por má-formação congênita e por infecções virais como rubéola ou doenças sexualmente transmissíveis, que também podem causar deficiência múltipla em indivíduos adultos, se não tratadas. Segundo a Associação Brasileira de Pais e Amigos dos Surdocegos e dos Múltiplos Deficientes Sensoriais (Abrapascem), o modo como cada deficiência afetará o aprendizado de tarefas simples e o desenvolvimento da comunicação do indivíduo varia de acordo com o grau de comprometimento propiciado pelas deficiências, associado aos estímulos que essa pessoa vai receber ao longo da vida. AMPUDIA: Deficiências e síndromes/Revista Nova Escola. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/deficiencia-multipla--inclusao-636396.shtml>. Acesso em 22/01/2016.

Para a psicopedagoga, especialista em Educação Inclusiva, Daniela Alonso, a orientação aos educadores que terão que lidar com a deficiência múltipla na escola, dependerá de cada caso, ou seja, tudo dependerá do tipo de deficiência e do grau de comprometimento do aluno.

Veja o que afirma Alonso afirma a respeito do assunto:

"Mais do que a somatória de deficiências, é preciso levar em conta que há consequências nos diversos aspectos do desenvolvimento da criança que influenciam diretamente a sua maneira de conhecer o mundo externo e desenvolver habilidades adaptativas", Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/palavras-especialista-desafios-educacao-inclusiva-foco-redes-apoio-734436.shtml>. Acesso em 22 de janeiro de 2016.

A psicopedagoga especialista, em Educação Inclusiva, aponta ainda da necessidade de ficar atento às competências do aluno com deficiência múltipla, usando estimulação sensorial e buscando formas variadas de comunicação, para identificar a maneira mais favorável de interagir com o mesmo. Feita as considerações acerca da deficiência intelectual e deficiência múltipla, é preciso retomar o assunto das políticas públicas educacionais desenvolvidas no Brasil, no decorrer de sua história, voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência intelectual.

¹⁶ Glossário Temático sobre Deficiência Intelectual: 2014. Disponível em: www.apaesp.org.br/instituto acesso em 22/12/2015

Levando em consideração o contexto histórico e o tratamento dispensado pelo Estado a essa parcela da população, serão feitos, para fins de estudo, a divisão histórica das políticas de inclusão em três fases distintas. A primeira, a partir do período imperial estendendo-se até as primeiras décadas do século XX, a segunda a partir da República Velha e a terceira a partir da década de 80, quando da oficialização da Declaração de Salamanca, em Jomtiem, pelo Brasil, se comprometendo, juntamente com outros países implantar diretrizes educacionais para a formulação e reforma de políticas no sistema educacional brasileiro, voltada para a educação inclusiva.

No decorrer de todo o período colonial, até meados do século XIX (1854) as condições do deficiente físico passaram despercebidas diante do olhar social. Embora, já existia a presença das Santas Casas de Misericórdias em algumas províncias da colônia, nenhuma delas levava em consideração a necessidade de escolarização do deficiente físico ou mental, ou seja, seu papel era único e exclusivo, segundo Jannuzzi (2012) era o de acolher os abandonados, que em sua maioria eram deficientes físicos ou mentais, distribuir esmolas aos pobres, dotes às órfãs e oferecer local para sepultamento mediante pagamento.

A partir de meados do século XX, com a chegada da família real ao Brasil, começam as primeiras mobilizações acerca da educação voltada para o deficiente cego e o deficiente surdo. De acordo com Jannuzzi, (2012) o movimento em prol da educação especial no país se refletiu a partir da criação, por parte de D. Pedro II, do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atualmente conhecido por Instituto Benjamin Constant (IBC) e do Imperial Instituto de Surdo-mudo (atual INES – Instituto Nacional de Surdos), em 1857, assunto que será tratado mais adiante.

Em relação à educação do deficiente, nota-se também a atuação de vultos próximos ao imperador e, assim sendo, embora a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino elementar para todos prescritas pela Reforma Couto Ferraz ou Regulamento de 17 de fevereiro de 1854 não fossem cumpridas, é criada no município da Corte o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, pelo decreto n. 1.428 de 12 de setembro de 1854, e alguns anos depois o Instituto dos Surdos-Mudos (ISM), ambos sob a manutenção e administração do poder central. O Instituto Imperial dos Meninos Cegos, posteriormente chamado de Instituto Benjamin Constant (IBC) (decreto n. 1.320 de 24 de janeiro de 1891 apud Diário Oficial [D.O.] de 18 de dezembro de 1981), tem sua origem ligada ao cego brasileiro José Alvares de Azevedo, que estudava em Paris no Instituto dos Jovens Cegos, fundado no século XVIII por Valentin Haüy. (Jannuzzi, 2012, p. 10)

De certa forma, o modelo de educação inclusiva implantado atendia apenas cegos e “surdos-mudos”, e não se estendia às famílias menos abastadas. Conforme Jannuzzi, (2012) a Assembleia Constituinte de 1834 chegou a discutir a educação primária disponível para o povo, mas, o assunto acabou sendo esquecido logo em seguida. A autora cita ainda que em

1878 o país dispunha de 15.561 escolas primárias, com 175 mil alunos matriculados, numa população de nove milhões de habitantes e que apenas 2% (dois por cento) desta população eram alfabetizadas, isto é, não havia políticas educacionais efetivas por parte do Estado, sequer para as crianças consideradas normais, quiçá para aquelas que possuíam alguma limitação.

Na mesma linha de pensamento, assim afirma Horta:

Todavia, tanto o Império, com a edição do Ato Adicional de 1834, quanto a Primeira República, com o seu federalismo oligárquico, não levaram a frente a ideia de intervenção estatal moderada na área de educação, típica do liberalismo clássico: a educação não era uma tarefa do Estado nacional, mas sim das províncias e, posteriormente, com a Proclamação da República, dos estados. Assim, enquanto a Europa constituía, no final do século XIX, o seu sistema nacional de educação, o Brasil mitigava essa possibilidade com uma organização de Estado liberal que servia apenas para atender aos interesses políticos e econômicos das elites regionais, adaptando-os a uma estrutura social marcada pelos acordos políticos e pela concentração de terras, riquezas e saber. Apenas a partir de 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde que significou o reconhecimento, no plano institucional, da educação como uma questão nacional (HORTA, 1998, p. 23).

Verifica-se que, além da educação, que ficava a cargo das províncias, não havia, por parte do Estado, interesse em criar mecanismo de proteção ao deficiente. De acordo com Jannuzzi, (2012) sensibilizado pela situação do deficiente auditivo na época, o deputado Cornélio França, chegou a apresentar em 1835 um projeto de lei, propondo por parte do Estado, a criação de cargo de professor de primeiras letras para o ensino de surdos-mudos, mas tal projeto acabou sendo engavetado. Destaca-se ainda que a situação de descaso com essa minoria, não se restringia apenas ao menor, conforme a autora, a Constituição de 1824, tratou-se também de proteger juridicamente do adulto deficiente privando do direito político o incapacitado físico ou moral.

Em seu livro, “A educação do deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XX” Jannuzzi também cita Magalhães que assim descreve sobre a situação do deficiente nas primeiras décadas do século XX.

“por nenhum dos meios usuais de comunicação de pensamento não se cuidou, em nossa Pátria, da infância degenerada, que a atingida por anomalias lesionais do cérebro, quer na combalida por anomalias ou taras menos graves” (Magalhães apud Jannuzzi, 1913, p. 11).

O cenário político-social até meado do século XIX era pouco desenvolvido, Carmo (1991) numa sociedade baseada na agricultura rudimentar, o deficiente físico sobrevivía de trabalhos manuais simples, e ou desenvolvia atividades poucos complexa. Doenças como cegueira, raquitismo e beribéri era presença comum numa população que sofria de carência alimentar, de cuidados médicos e de reabilitação. Fortemente influenciadas por concepções de

institucionalizações vindas da Europa, e sem qualquer influência da psicologia e ou da psicopedagogia nas intervenções pedagógicas, as ações educacionais direcionadas ao deficiente físico, geralmente o surdo e o cego, eram de caráter assistencialista.

Conforme Glat e Fernandes, (2005) e Glat e Blanco, (2007) a Educação Especial, estava centrada em torno de um modelo clínico e terapêutico, reservado pouco espaço de tempo às atividades acadêmicas, tendo em vista esta não ser prioridade aos que possuíam deficiências cognitivas, múltiplas ou distúrbios emocionais severos.

Ainda acerca do assunto Jannuzzi assim dispõe:

A medicina vai influenciando a educação do deficiente, não só pela atuação direta dos médicos como também pela dos diretores, por exemplo, o doutor Tobias Leite, diretor do INSM (1878 1 1895); ou então com professores como o doutor Menezes Vieira, professor de linguagem escrita no instituto e também pela repercussão de ensinamentos fundados na área, como os exercícios preparatórios dos órgãos articulatórios usados na educação dos deficientes auditivos. Produziram também tratados teóricos e pedagógicos, como materiais, acústica, aparelho de audição, sinais tirados da voz e da palavra e compêndios para ensino de surdos-mudos. Também desde o Império, outro serviço ligado ao campo médico e que em algumas províncias teve repercussão na educação do deficiente foi o Serviço de Higiene e Saúde Pública. Em São Paulo, esse setor deu origem à inspeção Médico-Escolar, com o projeto do doutor Francisco Sodré, médico, “puericultor e sociólogo”, submetido à Câmara dos Deputados, que em 1911 foi responsável pela criação de classes especiais e formação de pessoal para trabalhar com esse alunado (JANNUZZI, 2012, p. 29).

Como já afirmado anteriormente, geralmente, os alunos destas instituições, na maioria particular, faziam parte da elite imperial, de forma geral, os atendimentos aos “privilegiados” para frequentar esses espaços eram motivados por necessidades particulares, como atender à solicitação de alguma família importante ou incentivo da igreja as classes mais abastadas. A esse respeito assim afirma Jannuzzi:

A educação popular, e muito menos a dos deficientes, não era motivo de preocupação. Na sociedade ainda pouco escolarizada, apoiada no setor rural, primitivamente aparelhado, provavelmente poucos eram considerados deficientes; havia lugar, havia alguma tarefa que muitos deles executassem. A população era iletrada na sua maior parte, as escolas eram escassas, como já foi salientado, e dado que só recorriam a ela as camadas sociais altas e médias, a escola não funcionou como crivo, como elemento de patenteação de deficiências (JANNUZZI, 2012, p. 14).

No campo de assistência ou reabilitação de pessoas com deficiências, nenhuma ação, por parte do Estado, até meados do século XIX, merecia destaque, (CARMO 1991). Apenas a partir de 1854 é que começaram a surgir instituições destinadas a amparar a pessoa com deficiência. Primeiramente o já citado acima, Imperial Instituto de Meninos Cegos, criado pelo Imperador D. Pedro II em 1854 para instruir as crianças cegas do império. De acordo com Carmo, (1991) a instituição, instalada na sede do Rio de Janeiro, primeiramente atendia alunos apenas da província do Rio de Janeiro e do Ceará. Tempos depois de sua instalação

passou também a receber meninos e meninas vindo de outras províncias como São Paulo, Piauí, Minas Gerais, Pará Rio Grande do Sul, Bahia, Espírito Santo e Santa Catarina.

Outra instituição criada para estes fins foi também o já citado, o Imperial Instituto Surdo-mudo. Criado em 1856, por iniciativa particular do francês E. Huet, professor surdo e ex-diretor do Instituto de Surdos-Mudos de Bourges, tiveram suas atividades financiadas por donativos até 1857, quando a lei orçamentária destinou-lhe recursos públicos e o transformou em instituição particular subvencionada através do Decreto Lei nº 939, de 26 de setembro de 1857.

Acerca do atendimento neste instituto assim afirma Lanna Junior:

O Instituto atendeu apenas três pessoas surdas em 1856. Com o tempo, esse atendimento se expandiu. A princípio, eram alunos provenientes do Rio de Janeiro, sobretudo da capital do Império, onde o Instituto estava instalado; posteriormente, vieram alunos de outras províncias: Alagoas, Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, São Paulo, Maranhão, Minas Gerais, Paraná Pernambuco e Santa Catarina. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 22).

Outra instituição, segundo Mazzotta (2005), criada pouco tempo depois, foi o Asilo dos Inválidos da Pátria, também construída Pelo Imperador D. Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro para fins de acolher os inválidos da Guerra do Paraguai. Com uma população, em 1872 de 15.848 cegos e 11.595 surdos, somente 35 cegos e 17 surdos até então atendidos nestas instituições.

A educação escolar não era considerada como necessária, ou mesmo possível, principalmente para aqueles com deficiências cognitivas e ou sensoriais severas. O trabalho educacional era relegado a um interminável processo de “prontidão para a alfabetização” sem maiores perspectivas já que não havia expectativas quanto à capacidade desses indivíduos desenvolverem-se academicamente e ingressarem na cultura formal. (GLAT; FERNANDES, 2005, p. 36).

Com o fim do Império e início da República no Brasil, nomes como John Dewey e Emile Durkheim se despontam no cenário nacional e influenciam a educação no Brasil com o movimento que ficou conhecido com Escola Nova. A psicologia ganha espaço na área educacional substituindo o modelo clínico e terapêutico de atendimento destas escolas por outro que buscasse atuar nas áreas afetivas, psicológicas e cognitivas. O modelo educacional defendido pela Escola Nova exigia da escola pública que executasse “uma educação entendida como o envolvimento completo da criança na sua parte física, psíquica, social e, por fim, intelectual” (JANNUZZI, 1985, p. 83).

Paralelamente, aos novos paradigmas educacionais, que refletiam nas transformações econômicas, políticas e sociais e no rápido processo de urbanização e ampliação da cultura cafeeira, o ideário liberal ganha força e sobre forte pressão popular, a escola é aberta para os filhos dos trabalhadores.

De acordo com Amélia Hamze,

Na essência da ampliação do pensamento liberal no Brasil, propagou-se o ideário escolanovista. O escolanovismo acredita que a educação é o exclusivo elemento verdadeiramente eficaz para a construção de uma sociedade democrática, que leva em consideração as diversidades, respeitando a individualidade do sujeito, aptos a refletir sobre a sociedade e capaz de inserir-se nessa sociedade. Então de acordo com alguns educadores, a educação escolarizada deveria ser sustentada no indivíduo integrado à democracia, o cidadão atuante e democrático. Para John Dewey a escola não pode ser uma preparação para a vida, mas sim, a própria vida. Assim, a educação tem como eixo norteador a vida-experiência e aprendizagem, fazendo com que a função da escola seja a de propiciar uma reconstrução permanente da experiência e da aprendizagem dentro de sua vida. Então, para ele, a educação teria uma função democratizadora de igualar as oportunidades. De acordo com o ideário da escola nova, quando falamos de direitos iguais perante a lei, devemos estar aludindo aos direitos de oportunidades iguais perante a lei. HAMZE: Disponível em: <http://educador.brasilecola.uol.com.br/gestao-educacional/escola-nova.htm> acesso em 29/12/2015

Concomitantemente ao movimento Escola Nova, cresce também as críticas ao modelo educacional de segregação que se arrastavam no cenário brasileiro há mais de meio século. Embalado por este novo espírito de mudanças, vivenciado no final do século XIX e início do século XX, familiares de pessoas com deficiências começam um movimento de luta pelo direito daquelas pessoas frequentar uma escola. E desta forma, segundo Jannuzzi (2012), cedendo às pressões populares o governo inaugura em 1911, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo as primeiras classes para estudantes especiais e formação de pessoal para trabalhar com esse alunado.

De certa forma, até a primeira metade do século XX, poucas ações foram promovidas pelo Estado para pessoas com deficiência, LANNA JUNIOR (2010) apenas os Institutos de Cegos e Surdos se expandiram de forma modesta para outras cidades do país, mas continuava ficando a serviço de uma minoria, e prestando atendimento restrito aos cegos e aos surdos. Diante deste déficit de ações concretas por parte do Governo, a sociedade civil começa se organiza e cria organizações com atendimentos voltados tanto para área da educação como da saúde. É neste contexto que são criadas a Sociedade Pestalozzi em 1932 e mais tarde, 1954, as (APAEs) Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, ambas prestando solidariedade as famílias e aos deficientes físicos e mentais por meio de atendimento educacional, médico, psicológico e apoio à família.

Além da Sociedade Pestalozzi e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, a (ABBR) Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação e a (AACD) Associação de Assistência à Criança Deficiente vieram somar as demais prestando atendimento no tratamento e reabilitação das vítimas de paralisia infantil, doença muito comum e que vitimava muita gente na década de 50.

No Brasil, inspirado pelo pedagogo suíço Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), foi criado, em 1926, o Instituto Pestalozzi de Canoas, no Rio Grande do Sul. A influência do ideário de Pestalozzi, no entanto, ganhou impulso definitivo com Helena Antipoff, educadora e psicóloga russa que, a convite do Governo do Estado de Minas Gerais, veio trabalhar na recém-criada Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte. Sua atuação marcou consideravelmente o campo da assistência, da educação e da institucionalização das pessoas com deficiência intelectual no Brasil. Foi Helena Antipoff quem introduziu o termo “excepcional”, no lugar das expressões “deficiência mental” e “retardo mental”, usadas na época para designar as crianças com deficiência intelectual. Para ela, a origem da deficiência vinculava-se à condição de excepcionalidade socioeconômica ou orgânica.

Helena Antipoff criou, em 1932, a Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte. Em 1945, foi fundada a Sociedade Pestalozzi do Brasil; em 1948, a Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro; e, em 1952, a Sociedade Pestalozzi de São Paulo. Até 1970, data da fundação da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi (Fenasp), o movimento pestalozziano contava com oito organizações em todo o País. A criação da federação, também por iniciativa de Helena Antipoff, fomentou o surgimento de várias sociedades Pestalozzi pelo Brasil. Atualmente, são cerca de 150 sociedades Pestalozzi filiadas à Fenasp.

A primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) foi fundada em 1954, no Rio de Janeiro, por iniciativa da americana Beatrice Bemis, mãe de uma criança com deficiência intelectual. A reunião inaugural do Conselho Deliberativo da APAE do Rio de Janeiro ocorreu em março de 1955, na sede da Sociedade de Pestalozzi do Brasil. Em 1962, havia 16 APAEs no Brasil, 12 das quais se reuniram em São Paulo para a realização do 1º Encontro Nacional de Dirigentes Apaeanos, sob a coordenação do médico psiquiatra Dr. Stanislaw Krynski. Participaram dessa reunião as APAEs de Caxias do Sul, Curitiba, Jundiaí, Muriaé, Natal, Porto Alegre, São Leopoldo, São Paulo, Londrina, Rio de Janeiro, Recife e Volta Redonda. Durante a reunião decidiu-se pela criação da Federação Nacional das APAEs (Fenapaes).

A Fenapaes foi oficialmente fundada em 10 de novembro de 1962. Funcionou inicialmente em São Paulo, no consultório do Dr. Stanislaw Krynski, até que uma sede própria foi instalada em Brasília. Atualmente, a Fenapaes reúne 23 federações estaduais e mais de duas mil APAEs distribuídas por todo o País. Essas organizações constituem uma rede de atendimento à pessoa com deficiência de expressiva capilaridade na sociedade, que presta serviços de educação, saúde e assistência social. O atendimento é voltado para as pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

Em meados da década de 1950, estudantes de medicina e especialistas trouxeram da Europa e dos Estados Unidos os métodos e paradigmas do modelo de reabilitação do pós-guerra, cuja finalidade era proporcionar ao paciente o retorno à vida em sociedade. Os grandes centros de reabilitação europeus e norte-americanos, que recebiam predominantemente vítimas da Segunda Grande Guerra, desenvolveram técnicas e inspiraram o surgimento de organizações similares em todo o mundo. Isso ocorreu mesmo em países como o Brasil, onde a principal causa da deficiência física não era a guerra. Nesse período, surgiram os primeiros centros brasileiros de reabilitação para atenderem as pessoas acometidas pelo grande surto de poliomielite.

A poliomielite foi observada no início do século XX, no Rio de Janeiro (1907-1911) e em São Paulo (1918). Porém, surtos de considerável magnitude ocorreram na década de 1930, em Porto Alegre (1935), Santos (1937), São Paulo e Rio de Janeiro (1939). A partir de 1950, foram descritos surtos em diversas cidades, com destaque para o de 1953, a maior epidemia já registrada no Brasil, que atingiu o coeficiente de 21,5 casos por 100 mil habitantes, no Rio de Janeiro.

Um dos primeiros centros de reabilitação do Brasil foi a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR), fundada em 1954. Idealizada pelo arquiteto Fernando Lemos, cujo filho possuía sequelas de poliomielite, a ABBR contou com o apoio financeiro de grandes empresários provenientes dos setores de comunicação,

bancário, de aviação, de seguros, dentre outros. Entre esses empresários, estava Percy Charles Murray, vítima de poliomielite e primeiro presidente da associação.

A primeira ação da ABBR foi criar a escola de reabilitação para formar fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, diante da carência desses profissionais no Brasil. Os cursos de graduação em Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Escola da Reabilitação da ABBR tiveram início em abril de 1956, de acordo com os moldes curriculares da Escola de Reabilitação da Columbia University. No ano seguinte, em setembro de 1957, o Centro de Reabilitação da ABBR foi inaugurado pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek.

Outras organizações filantrópicas surgiram no contexto da epidemia de poliomielite, como a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD) de São Paulo (hoje Associação de Assistência à Criança Deficiente), fundada em 1950. ¹ O Instituto Bahiano de Reabilitação (IBR) de Salvador, criado em 1956; e a Associação Fluminense de Reabilitação (AFR) de Niterói, fundada em 1958. Alguns hospitais tornaram-se centros de referência na reabilitação de pessoas com sequelas de poliomielite, a exemplo do Hospital da Baleia e do Hospital Arapiara, ambos em Belo Horizonte - MG. Embora a AACD tenha sido fundada antes da ABBR, seu centro de reabilitação começou a atender o público somente em 1963. (LANA JUNIOR, 2010, p. 24 a 26).

O trabalho de instituições como Pestalozzi, APAES, ABBR e AACD, foi sem dúvidas de grande importância na vida desta parcela da população, conforme Lanna Junior, (2010) o trabalho destas instituições, e seu envolvimento nas campanhas nacionais de vacinação, provocaram mudanças significativas contribuindo tanto na diminuição dos casos de sequelas por doenças como poliomielite como no cuidado em relação à direção de veículos automotores. Como se pode observar, diante da omissão do Estado na efetivação de políticas públicas, cresce o número de organizações criadas e geridas pelas próprias pessoas com deficiências. Um novo modelo de organização, associativista, se apresentou como alternativa de superação para as pessoas com deficiências Lana Junior, (2010). O sistema braile, criado em 1829, foi uma das alternativas efetivas de leituras para os cegos, a comunidade surda começa a se organizar em defesa da Língua Brasileira de Sinais. “No mesmo caminho tomaram rumos os deficientes físicos que também se associaram em entidades voltadas para a sobrevivência e a prática do esporte adaptado” (LANA JUNIOR, 2010, p. 28).

No Brasil, os primeiros clubes foram fundados em 1958: Clube dos Paraplégicos de São Paulo e Clube do Otimismo do Rio de Janeiro. Ambos os clubes foram fundados por atletas que ficaram com lesão medular em certo momento da vida e que tiveram a oportunidade de se tratar nos Estados Unidos, onde conheceram o esporte adaptado. Em São Paulo, o fundador foi Sérgio Del Grande e, no Rio de Janeiro, Robson Sampaio. Essas iniciativas tiveram como efeito secundário o início da percepção, pelas pessoas com deficiência, da necessidade de discutirem sua inserção política na sociedade. As próprias dificuldades enfrentadas tanto para a prática do esporte quanto no trabalho precário, como a venda de mercadorias de pequeno valor estimularam o início de reivindicações, sobretudo no que se refere à mobilidade. Com o passar do tempo, assumiram cunho cada vez mais político. Isso ensejou, no final da década de 1970, no contexto da redemocratização do Brasil, o surgimento de organizações de pessoas com deficiência, com caráter claramente definido e com o objetivo de conquistar espaço na sociedade, direitos e autonomia para conduzirem a própria vida. (LANNA JUNIOR:2010, p,28)

A partir de meados da década de 60, até o fim do Regime Militar, alguns destes movimentos sociais foram silenciados pelo autoritarismo das forças políticas que imperavam na época, mas que a partir do governo Sarney retornou ainda com mais forças e consagrados na Constituição de 1988, Lana Junior, (2010).

Verifica-se até aqui, que aos poucos a pessoa com deficiência foi conseguindo firmar enquanto cidadão de direito perante o Estado, um longo caminho já foi percorrido, mas ainda não suficiente, espera-se que em um futuro próximo poderão comemorar um presente onde esteja realmente incluído de direito e de fato em todas as instâncias sociais.

3.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A primeira parte deste capítulo iniciou-se fazendo a distinção entre deficiência e doença mental, em seguida, uma breve abordagem a fim de melhor distinção entre pessoa com deficiência mental e pessoa com deficiências múltiplas. Na segunda parte foi retratado acerca do contexto histórico das políticas educacionais voltadas para o deficiente físico e deficiente mental no país, e percebe-se, conforme as informações apresentadas que apenas no final da última década do século XX e início do século XXI que o Estado abraçou a causa da educação em prol do deficiente mental e deficiente físico, que ou ficava a mercê de caridades das instituições ou isoladas pelas famílias em suas próprias casas. A partir deste momento, o foco a ser abordado, terá como ponto principal e a Educação Inclusiva no contexto da Legislação no decorrer do tempo.

Conforme já foi dito, o marco da Educação Especial no país tem início a partir da chegada da Família Real ao Brasil, mais precisamente com a construção por D. Pedro II do Instituto Imperial dos Surdos-Mudos em 1854. Ocorre que, por longas décadas, ou seja, até meados do século XX, as poucas ações voltadas para atendimento destas minorias restringiam-se apenas aos cegos e aos surdos. A partir de organização da sociedade civil na construção e manutenção de instituições de ensino especializado como: Organizações da Sociedade Pestalozzi, Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e Associação de Apoio a Criança Deficiente, (AACD), que, juntas arregimentaram profissionais em torno dos problemas específicos da pessoa com deficiência, é que o Estado passou a ver esta parcela da população como sujeitos de direitos e capazes de participar de espaços sociais nos quais se transmitam e criam conhecimentos.

Por mais que o Estado já se organizara, na oferta de políticas públicas educacionais a classe menos privilegiada, e já dispunha de algumas políticas voltadas para a pessoa com deficiência, como o incentivo ao trabalho voluntário, por exemplo, a educação dessa minoria somente vai fazer presente pela primeira vez, enquanto garantia legal, na década de 60 através dos artigos 88 e 89 da (LDB) Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4024/61.

Título X – Da Educação de Excepcionais. Art. 88º A Educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de integrá-los na comunidade. Art. 89º Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções. (CARVALHO, 2007, p. 66).

Verifica-se, conforme texto da lei, artigo 88, que o sistema de educação deve-se enquadrar no sistema geral de educação “no que for possível”. De certa forma, o direito à educação aos “excepcionais” estava garantido, mas de maneira condicionada, ou seja, quando não for possível enquadrar-se no sistema geral de educação, “que ela constitua um subsistema especial de educação, à margem do sistema geral e independente dos demais níveis educativos” (CARVALHO: 2007 p. 67). O artigo 89 da lei 4024/61, deixa claro o compromisso do governo em apoiar a iniciativa privada que trabalha com alunos nestas condições e ao mesmo tempo se eximindo de assumir a responsabilidade com tais alunos, transferindo-os para ONGs ou escolas particulares.

A segunda lei de diretrizes e bases educacionais do Brasil, Lei nº 5.692/71, é também da época da ditadura militar e foi proposta como substituição à anterior. O texto da lei faz menção aos alunos com deficiências físicas e aos deficientes mentais, cita também aqueles considerados em distorção idade série além dos superdotados nas seguintes situações:

Art. 9º - Os alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais, o que encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (CARVALHO:2007, p, 68).

De acordo com Carvalho (2007) apenas este artigo foi dedicado a educação especial e que gerou muitas discussões. Veja o que afirma o autor a respeito do artigo da lei.

Muitas das discussões decorreram da omissão dos que apresentam as condutas típicas das síndromes neurológicas, e os surdos foram incluídos na categoria de deficientes físicos, contrariando as classificações usuais que os inserem na categoria dos deficientes sensoriais (CARVALHO: 2007, p, 68).

Nota-se que diante do ponto de vista da inclusão, a Lei 5.692/71 não apresentou nenhuma inovação, nem sequer promoveu a inclusão na rede regular, determinando a escola especial como destino certo para esse alunado. Outro ponto contraditório e que provocou grande discussão, foi o fato de, além de englobar aqueles que estão em distorção idade série

como aluno especial, não fez menção a educação do cego, e do surdo, tratando-os como deficientes físicos contrariando os paradigmas de classificação que já perduravam décadas a respeito desta minoria.

Ainda a respeito do assunto, assim posiciona Carvalho:

Questionável, ainda, por incluir como alunado da educação especial os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula. Nesse caso em particular, a confusão gerada foi enorme e, ainda hoje, sentem-se os efeitos da interpretação, ao pé da letra, desse texto, porque esses aprendizes são, indevidamente, encaminhados para classes especiais sem serem, necessariamente, deficientes. Tais alunos, em geral, tornam-se repetentes crônicos, acabam por abandonar a escola, sendo que alguns retornam, tempos depois. Em ambas as situações já estão em atraso na idade regular de matrícula. Segundo a “letra” desse artigo constituem alunado para “tratamento especial”, ao lado de outros, que são deficientes (CARVALHO, 2007, p. 68).

No plano nacional, quase duas décadas depois, a Constituição de 1988, no artigo 208, que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 a 17 anos e nos artigos 205 e 206 fez as seguintes menções à educação especial.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

[...]

VII - garantia de padrão de qualidade.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

[...]

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL:1988).

Em relação à legislação anterior, verifica-se que há de certa forma, avanços fundamentais no tratamento voltado para a educação especial. Ao contrário da Lei 4024/61 e 5.672/71 a Constituição de 1988 incorporou em seus dispositivos legais, garantias de atendimento as pessoas com deficiências. A Constituição Federal de 1988 elegeu ainda, como fundamento da República, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, (art. 1º, inciso II e III), e como um dos seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, cor, sexo, idade ou quaisquer outras formas de discriminação, artigo 205. No artigo 206, inciso I, estabelece como princípios para o ensino, a igualdade de

condições de acesso e permanência na escola, no artigo 208, garante como dever do Estado a oferta do atendimento educacional especializado, estabelecendo ainda a integração escolar enquanto preceito constitucional, priorizando o atendimento às pessoas com deficiência, de preferência na rede regular de ensino.

A partir da Constituição de 1988, a educação inclusiva voltada para o ensino especial toma novos rumos, e o Constituinte Originário propõe medidas fundamentais de combate às desigualdades sociais, em especial apresenta como garantia a inclusão de pessoas com deficiência em igualdade de condições, de acesso e permanência na escola. A partir de então, novas obrigações positivas foram firmadas pelo Estado, no intuito de proteger direitos tutelados. No campo educacional, por exemplo, a Lei 7.853/89 assegura a inserção de escolas especiais, privadas e públicas, no sistema educacional e a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino. Também responsabiliza o poder público, pela matrícula compulsória de pessoas com deficiência, em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares capazes de se integrarem estas pessoas no sistema regular de ensino.

Veja o que diz a lei a respeito do assunto:

Art. 1º Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.

§ 1º Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.

§ 2º As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos esta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - na área da educação:

- a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação própria;
- b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;
- c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;

- d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;
- e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;
- f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino;

II - na área da saúde:

- a) a promoção de ações preventivas, como as referentes ao planejamento familiar, ao aconselhamento genético, ao acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, à nutrição da mulher e da criança, à identificação e ao controle da gestante e do feto de alto risco, à imunização, às doenças do metabolismo e seu diagnóstico e ao encaminhamento precoce de outras doenças causadoras de deficiência;
- b) o desenvolvimento de programas especiais de prevenção de acidente do trabalho e de trânsito, e de tratamento adequado a suas vítimas;
- c) a criação de uma rede de serviços especializados em reabilitação e habilitação;
- d) a garantia de acesso das pessoas portadoras de deficiência aos estabelecimentos de saúde públicos e privados, e de seu adequado tratamento neles, sob normas técnicas e padrões de conduta apropriados;
- e) a garantia de atendimento domiciliar de saúde ao deficiente grave não internado;
- f) o desenvolvimento de programas de saúde voltados para as pessoas portadoras de deficiência, desenvolvidos com a participação da sociedade e que lhes ensejem a integração social;

III - na área da formação profissional e do trabalho:

- a) o apoio governamental à formação profissional, e a garantia de acesso aos serviços concernentes, inclusive aos cursos regulares voltados à formação profissional;
- b) o empenho do Poder Público quanto ao surgimento e à manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial, destinados às pessoas portadoras de deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns;
- c) a promoção de ações eficazes que propiciem a inserção, nos setores públicos e privado, de pessoas portadoras de deficiência;
- d) a adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas portadoras de deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado, e que regule a organização de oficinas e congêneres integradas ao mercado de trabalho, e a situação, nelas, das pessoas portadoras de deficiência;

[...]

Art. 9º A Administração Pública Federal conferirá aos assuntos relativos às pessoas portadoras de deficiência tratamento prioritário e apropriado, para que lhes seja efetivamente ensinado o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais, bem como sua completa integração social.

§ 1º Os assuntos a que alude este artigo serão objeto de ação, coordenada e integrada, dos órgãos da Administração Pública Federal, e incluir-se-ão em Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, na qual estejam compreendidos planos programas e projetos sujeitos a prazos e objetivos determinados. (BRASIL: 1989)

No campo internacional, quatro documentos foram imprescindíveis no contexto da legislação inclusiva. O primeiro deles é a Declaração Mundial de Educação para Todos, aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtiem, na Tailândia em março de 1990 onde países, entre eles o Brasil, traçam planos para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.

No documento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), definem as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências e propõe medidas que garantam a igualdade de acesso à Educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

O segundo acordo, celebrado entre Brasil e demais países, trata-se da Declaração de Salamanca. O documento trata-se de uma resolução da (ONU) Organização das Nações Unidas, concebido na Conferência Mundial de Educação Especial, em Salamanca. De acordo com Jannuzzi, (2004) a partir da Declaração de Salamanca, (1994), o Brasil oficializou a discussão de ideias diferentes em torno de um sistema de Educação Inclusiva, capaz de oportunizar a toda criança, independentemente de suas condições físicas e neurológicas o direito à educação e à oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. E aos que precisa de necessidades educacionais especiais, o acesso à escola regular, que deverá acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer e tais necessidades.

Nesta mesma linha de importância a Convenção de Guatemala realizada em 1999 e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências. O primeiro deles, Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiências, da qual resultou no decreto nº 3.956/2001 assegura às pessoas com deficiência “os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência”. (DECRETO Nº 3.956 de 8 de outubro de 2001 – Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadora de Deficiência)

O segundo, a convenção aprovada pela ONU e que tem o Brasil com um de seus signatários, garantindo um sistema de Educação inclusiva em todas as etapas de ensino. No plano nacional, também caminhando nesta mesma direção, a Lei nº 8.069 de 1990, mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, que também retrata sobre a garantia de atendimento educacional especializado às crianças com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; além do trabalho protegido ao adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para famílias com crianças e adolescentes nessa condição.

Como se pode notar, assim como afirma Jannuzzi, (2012) a Declaração de Salamanca foi sem dúvida o marco para discussão de ideias em torno da educação inclusiva. Além das

medidas até aqui já citadas, após o acordo entre Brasil e demais países, em Salamanca, outras leis foram pensadas, no sentido de fazer a inclusão de políticas públicas educacionais para a pessoa com deficiência.

Também merece destaque, a Lei nº 9.394/96, (LDB) Lei de Diretrizes e Bases da Educação que trouxe um capítulo específico tratando da Educação Especial. Veja o tratamento da legislação a respeito do assunto:

CAPÍTULO V - DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 59-A. O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado.

Parágrafo único. A identificação precoce de alunos com altas habilidades ou superdotação, os critérios e procedimentos para inclusão no cadastro referido no caput deste artigo, as entidades responsáveis pelo cadastramento, os mecanismos de acesso aos dados do cadastro e as políticas de desenvolvimento das potencialidades do alunado de que trata o caput serão definidos em regulamento.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Dentre os vários pontos relevantes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aqui merece destaque a oferta de serviço de apoio especializado, na escola regular, para atendimento à clientela de alunos especiais. Outro ponto que vale destacar é a prioridade de atendimento educacional desta parcela nas classes comuns, e quando isso não for possível, o atendimento especializado deverá ser feito em classes específicas. Outro fator importante se dá em torno da formação de professores, dos currículos, métodos, técnicas e recursos para atender o aluno com deficiência, com transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Desta forma, o legislador busca aproximar, através de políticas públicas inclusivas, e garantir condições para efetivar o direito da pessoa com deficiência à educação, fato este, que até em um passado bem próximo sempre foi negado.

A partir da lei 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação, dezenas de leis, decretos, resoluções e portarias foram pensadas no sentido efetivar políticas públicas educacionais inclusivas. Entre as dezenas destas medidas, tanto em âmbito federal como estadual merecem destaques:

I – (1999) Decreto nº 3.298 de 1999 que regulamenta a Lei nº 7.853/89 que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e consolida as normas de proteção, além de dar outras providências.

II – (2001) Resolução CNE/CEB nº 02 que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Entre os principais pontos, afirma que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”.

III – (2001) Resolução CNE/CP Nº 01/2002 que estabelece em suas diretrizes curriculares nacionais, que os cursos de formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena deverá incluir “conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais”.

IV – (2006) Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com Ministério da Justiça, UNESCO e Secretaria Especial dos Direitos Humanos onde estabelece metas de inclusão e temas relacionados às pessoas com deficiência nos currículos escolares.

V – (2007) Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que, no âmbito da Educação Inclusiva, chama atenção quanto a questão da infraestrutura das escolas, e desta forma aborda

a questão da acessibilidade das edificações escolares, da formação docente e das salas de recursos multifuncionais.

VI – (2007) Decreto Nº 6.094/07 que dispõe sobre a execução do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, onde traz como destaque o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência, e de certa forma, reforçando a inclusão da pessoa com deficiência no sistema público de ensino.

VII – (2008) Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Um documento elaborado onde traça o histórico do processo de inclusão escolar no Brasil para embasar novas políticas públicas de promoção de Educação de qualidade para todos.

IX – (2008) Decreto Nº 6.571 que dispõe sobre o atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica e obriga a União a prestar apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino no oferecimento de modalidades além de implantar o AEE como um projeto pedagógico integrado da escola.

X – (2009) Resolução Nº 4 CNE/CEB que orienta o estabelecimento do atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica, sobre o atendimento ao aluno matriculado no AEE que deve ser realizado no contra turno e de preferência nas salas de recursos, ou multifuncionais.

XII – (2012) Lei nº 12.754 que institui política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

XIII – (2014) Plano Nacional de Educação (PNE) que em sua meta de número 04 traz em sua redação a proposta de universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

No âmbito da esfera Estadual, em relação às políticas públicas inclusivas, também há diversas resoluções e portarias regulamentando o ensino da Educação Inclusiva a nível estadual. Entre elas Resolução Nº 552/09- CEE/RO (Conselho Estadual de Educação de Rondônia) que fixam diretrizes e normas complementares para atendimento à demanda escolar nas etapas e modalidades da Educação Básica, aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, no Sistema Estadual de Ensino de Rondônia. A portaria 128/10 GAB/SEDUC que estabelece normas para operacionalização do atendimento

educacional especializado. Além do Plano Estadual de Educação que, em consonância com o Plano Nacional de Educação também estabelece metas de políticas públicas de inclusão às pessoas com deficiências.

Como se pode constatar, o caminho percorrido pelo direito a educação da pessoa com deficiência não se mostrou linear, desde os primeiros atendimentos nos Institutos de apoio ao cego e aos “surdos-mudos” no meado do século XIX, seguido pela luta por direito a educação, conforme ressaltado no movimento Escola Nova. Também merece destaque a organização da sociedade civil que culminou na construção e manutenção de instituições especializadas em atender as mais diversas formas de deficiência, em instituições como Sociedade Pestalozzi, APAES, AACD e outra que posteriormente vieram para contribuir neste processo de construção e apoio a pessoa com deficiência. Toda essa busca pelos direitos a Educação desta parcela, sempre excluída da sociedade, todo esse esforço só poderia resultar em importantes garantias que possa ampliar os direitos desta parcela da população e ao mesmo tempo oportuniza-las melhorias na qualidade de vida.

Atualmente, todos os alunos têm acesso, permanência e aprendizado garantidos por lei. A orientação que norteia a Educação Inclusiva é a matrícula de todos em turma comum e o atendimento educacional especializado no contra turno para os alunos da Educação Especial. O que se espera a partir de agora, é que estas medidas sejam aplicadas e que o sonho da escola inclusiva seja verdadeiramente materializado.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

No capítulo anterior, foi apresentada uma cronologia de fatos que, de certa forma contribuiu para assegurar direitos da pessoa com deficiência em busca de dignidade e cidadania. Nos últimos anos, conforme apontado na segunda parte do capítulo anterior, dezenas de leis, decretos, resoluções e portarias têm ampliado as políticas públicas inclusivas para as pessoas com deficiência que durante séculos foram renegadas pelo Estado. Mas, em meio a tantas Leis, decretos, resoluções, e portarias, tanto em âmbito nacional como estadual, acerca das políticas de inclusão, resta saber se estas políticas têm sido efetivadas.

O direito a Educação é um direito fundamental garantido na Constituição Federal sem qualquer distinção de pessoa. A LDB N° 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) nos artigos 58 e 59 assim afirma:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolares ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade e específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual e psicomotora. (BRASIL: 2007)

Além das várias tentativas de compromisso do Estado de Direito para com a pessoa com deficiência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação reservou um capítulo somente para amparar a Educação Inclusiva. Conforme entendimento do legislador, a educação especial deverá ser oferecida, preferencialmente na rede regular de ensino, com disponibilidade de serviços de apoio especializado para atender a clientela matriculada na educação especial.

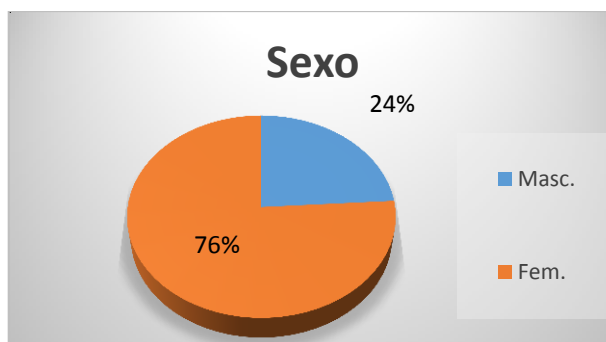
Para garantir a oferta de ensino, os sistemas de ensino deverão organizar seus currículos, métodos, técnicas de ensino, bem como os recursos educativos às condições específicas do aluno. Além dos aspectos físicos e pedagógicos, voltados às condições do

alunado, as escolas com matrículas de alunos da educação especial deverão disponibilizar em seus quadros de funcionários, professores especializados para atender estes alunos no ensino especial, professores capacitados para integrar esses alunos nas classes comuns e corpo técnico de apoio para contribuir na formação do aluno da educação especial, na finalidade de oferecê-los condições de aprendizado, e integrá-los na sociedade e no mundo competitivo do trabalho.

Resta saber se toda essa discussão que vem sendo realizada há mais de duas décadas, em torno deste segmento de ensino, tem sido efetivada nas escolas públicas da rede estadual de ensino de Cacoal. Para constatar toda essa problemática, foi elaborado um questionário, distribuído a 50 (cinquenta) profissionais que trabalham diretamente com essa clientela da educação inclusiva nas 17 (dezessete) escolas estaduais da rede pública de ensino de Cacoal. Entre esses profissionais temos: diretores, orientadores, supervisores e professores. O resultado desta pesquisa poderá ser constatado através dos gráficos disponibilizados a partir das próximas linhas abaixo.

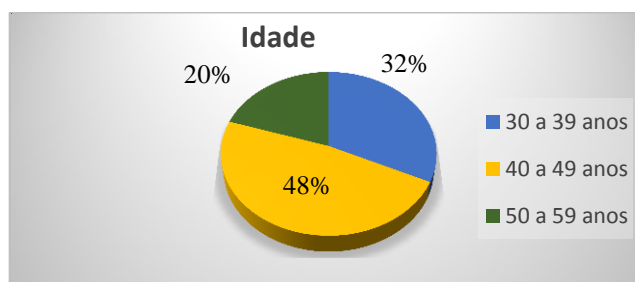
4.0 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

4.1.1 Quanto ao gênero



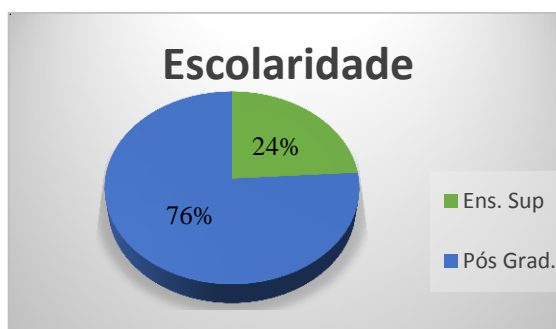
Conforme perfil dos entrevistados, a maioria é do sexo feminino.

4.1.2 Em relação à idade



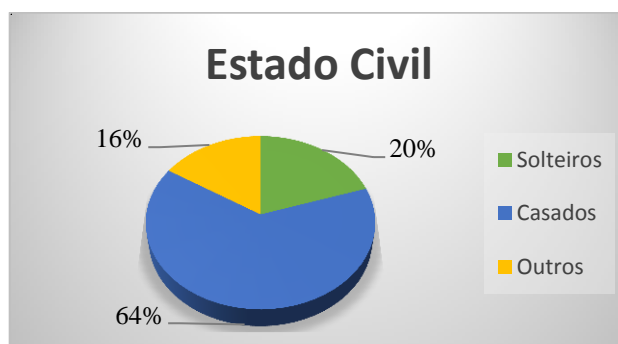
Nota-se que todos os profissionais pesquisados têm mais de trinta anos, portanto, a parcela de professores jovens, caso exista na rede estadual de ensino, é a minoria.

4.1.3 Quanto ao grau de instrução destes profissionais



Chama-se atenção para o fato de que todos os profissionais que responderam à pesquisa são graduados, e, a grande maioria possui pós-graduação.

4.1.4 Quanto ao estado civil



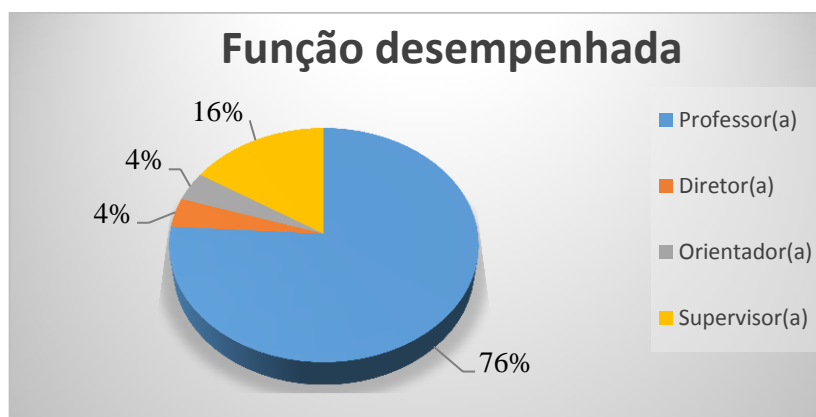
Do total de 50 (cinquenta) entrevistados, em sua maioria, isto é, 64% (sessenta e quatro por cento) são casados, 20% (vinte por cento) são solteiros e os demais, 16% (dezesseis por cento) são separados, divorciados e ou viúvas.

4.1.5 Tempo de trabalho na Educação



Nota-se, através dos dados aqui apresentados, que uma parcela considerável, 16% (dezesesseis por cento) estão iniciando sua carreira profissional, enquanto a grande maioria, 52% (cinquenta e dois por cento) já percorreu um bom caminho na área da Educação.

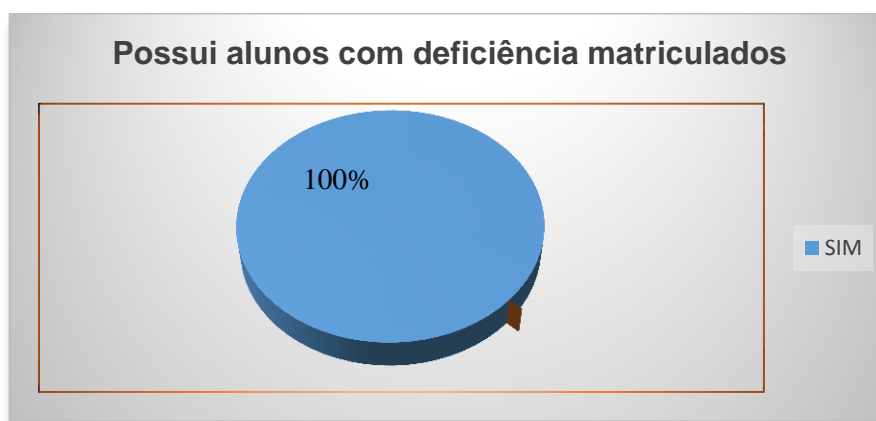
4.1.6 Função que desempenha na escola



Os dados apresentados na pesquisa apontam que, a maioria dos entrevistados são professores, e são esses profissionais que atuam diretamente com o aluno com limitações físicas e ou psicológica em sala de aula.

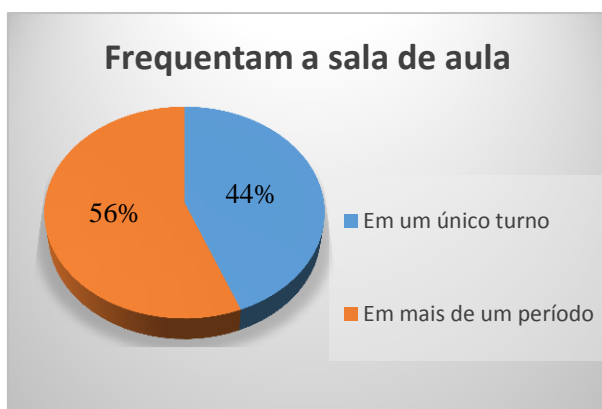
4.2 DADOS RELACIONADOS À ESCOLA

4.2.1 Número de escolas que possui alunos matriculados



Conforme dados apresentados, todas as escolas da rede estadual de ensino de Cacoal constam com matrículas de alunos com deficiência intelectual. Portanto conforme determinam à legislação, todas deverão estar em condições de atender essa clientela de alunos especiais.

4.2.2 Quanto à frequência e participação destes alunos



Dois pontos merecem destaques nos dados apresentados acima, o primeiro deles está relacionado à frequência deste alunado. Conforme Art. 1º do Decreto nº 7.611/2.011 a educação especial será efetivada de acordo com as seguintes diretrizes:

Art. 1º, IV – garantia de ensino gratuito e compulsório asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;

V – oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;

VII – oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino;

O Art. 1º da Resolução Nº 04 de outubro de 2009 afirma que os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

No mesmo pensamento, a Declaração Mundial de Educação para Todos e Declaração de Salamanca, da qual o Brasil é signatário, informa que as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns que “deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades” (SALAMANCA: 1990).

Conforme o artigo 2º do decreto 6.571/2008, a função do AEE é atuar como uma carga complementar a formação do aluno, por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégia que eliminam as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. E esse atendimento especial deverá ser feito no horário contrário ao que o aluno do AEE frequenta a classe comum. E conforme retrata a pesquisa, quase a metade (44%) dos alunos da Educação Especial, só frequentam a escola em um período apenas.

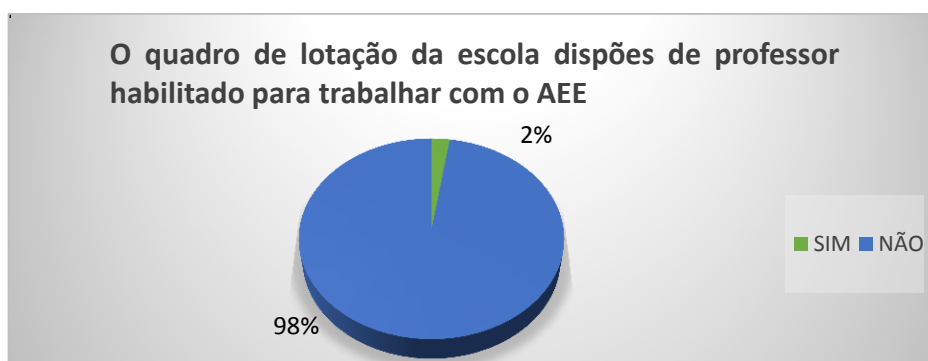
O segundo ponto que merece destaque está relacionado com a participação desta clientela escolar. A pesquisa mostra quanto esses alunos gostam da escola, tendo em vista que a participação dos mesmos atinge um patamar de quase cem por cento do alunado.

4.2.3. Quanto ao acompanhamento profissional



Um dos princípios fundamentais da escola inclusiva “é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível independente de quaisquer dificuldades ou diferenças” (SALAMANCA: 1990). Sem possibilidades objetivas de aprendizagem, o aluno da Educação Inclusiva irá permanecer inserido no processo, mas, não incluído, isto é, ele vai estar inserido no processo do ensino, mas sem condições de aprender, tendo em vista que o principal ator neste processo de ensino aprendizagem, atendimento especializado, não está ocorrendo, e é isto que a pesquisa acima revela, 40% (quarenta por cento) dos alunos da Educação Inclusiva são acompanhados apenas nas salas do AEE. Se levarmos em consideração a pesquisa anterior, de que 44% (quarenta e quatro por cento) dos alunos matriculados no AEE frequentam a escola em um único período, pode-se concluir que estes alunos não dispõem de atendimento especializado.

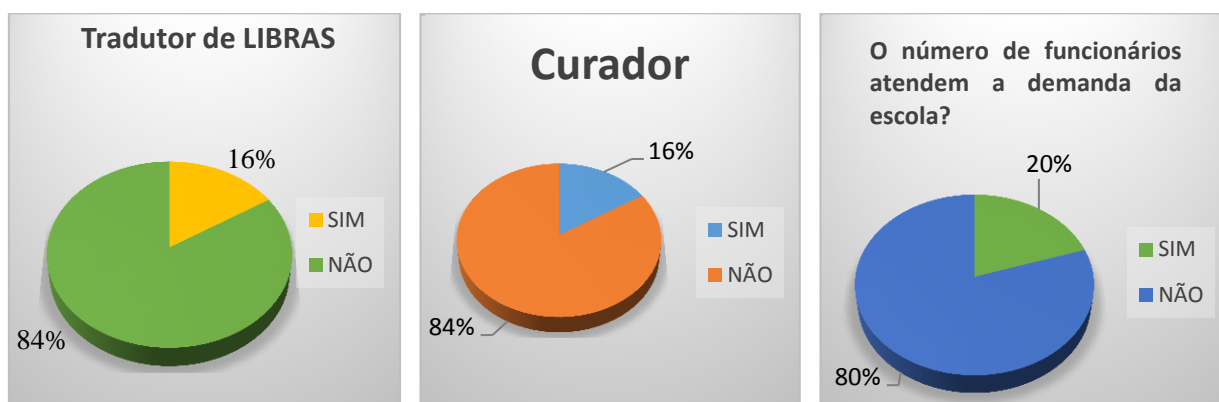
4.2.4 Quadro de lotação das escolas



Outro ponto da pesquisa que merece destaque. O pesquisador quis saber se a escola dispunha em seu quadro de lotação, além daquele lotado na sala do AEE, outros professores com formação e habilidades para trabalhar com o aluno da Educação Especial. Conforme se pode constatar, 98% (noventa e oito por cento) dos entrevistados acenaram de forma negativa para o quesito.

De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) Lei Nº 9.394/96, em seu artigo 59, III o sistema de ensino deverá assegurar professores com especialização adequada para atender a esses educandos, além de professores do ensino regular, capacitados para integrar esses educandos nas classes comuns.

4.2.5 Outros profissionais disponibilizados pela escola



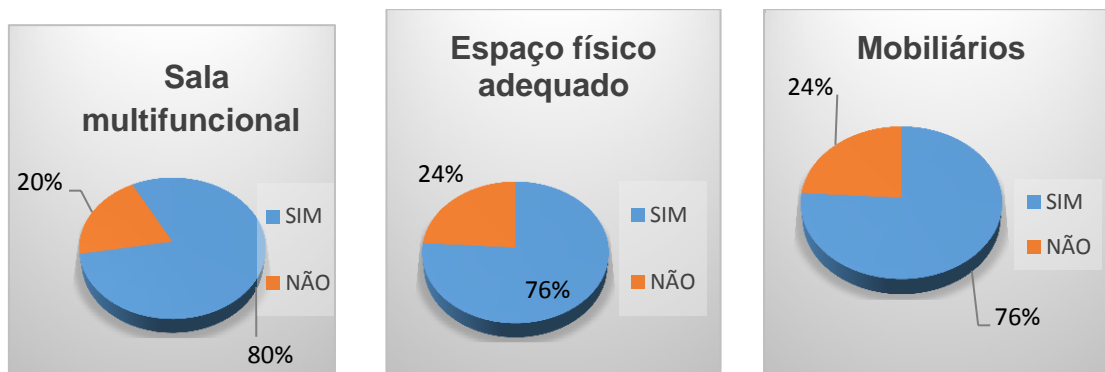
De acordo o Art. 10, VI da Resolução Nº 04, do Conselho Nacional da Educação, publicada no DOU em outubro de 2009, e que institui diretrizes de operacionalização para o atendimento educacional especializado na Educação Especial.

O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve prever em sua organização além de professores para o exercício de docência no AEE, outros profissionais como tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção.

Segundo aponta a pesquisa acima, mais de 80% (oitenta por cento) das pessoas pesquisadas afirmaram que em suas escolas não disponibilizam destes profissionais, e as que possuem o número de funcionários não atendem a demanda da clientela escolar.

4.3 DOS RECURSOS FÍSICOS, PEDAGÓGICOS E TECNOLÓGICOS

4.3.1 Sua escola dispõe de:



A sala multifuncional, o espaço físico adequado e mobiliário específico é imprescindível para o atendimento do aluno, em qualquer situação da educação básica. A respeito desses recursos o decreto 7.611 de novembro de 2011, do Conselho Nacional da Educação, sancionado pela Presidente da República em novembro daquele ano, afirma o seguinte:

Art. 5º - A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal, e a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§ 1º - As instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos de que trata o caput devem ter atuação na educação especial e serem conveniadas com o Poder Executivo do ente federativo competente.

§ 2º O apoio técnico e financeiro de que trata o caput contemplará as seguintes ações:

§ 3º As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.

§ 4º A produção e a distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade e aprendizagem incluem materiais didáticos e paradidáticos em Braille, áudio e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo.

Ainda a respeito do assunto, a Resolução nº 552/09-CEE/RO, de 27 de abril de 2009, sobre a justificativa de estabelecer diretrizes e normas para a oferta de atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais, e no sentido de adequar as legislações vigentes em âmbitos nacionais também fixam suas diretrizes e normas complementares para atender os alunos da Educação Inclusiva. Veja o que diz a resolução do CEE/RO a respeito do assunto:

O presidente do Conselho Estadual de Educação de Rondônia, no uso de suas atribuições legais resolve:

Art. 1º Fixar diretrizes e normas complementares para atendimento à demanda escolar nas etapas e modalidades da Educação Básica, aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, no Sistema Estadual de Ensino de Rondônia.

Art. 9º Para atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, os mantenedores das instituições de ensino nas quais estejam matriculados, devem propiciar formas de atendimento específico e adequado, conforme a necessidade, por meio de serviços de apoio pedagógico especializados.

[...]

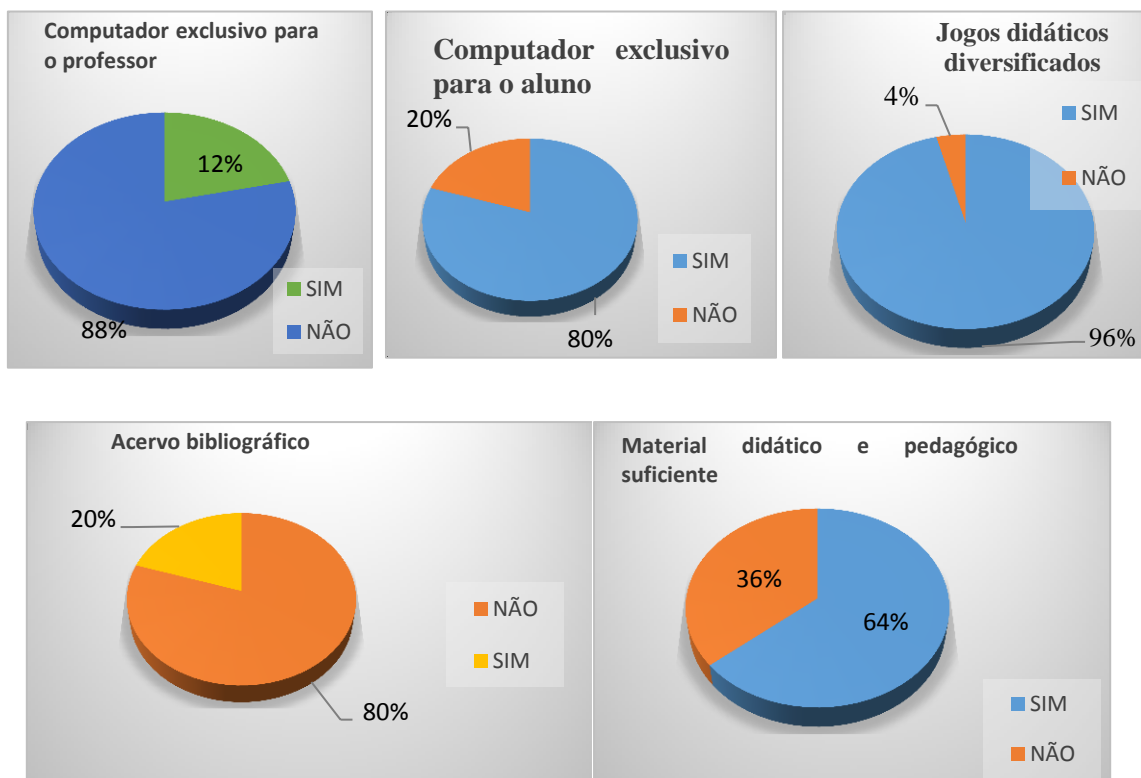
§ 2º Entende-se por atendimento educacional especializado os seguintes:

I sala de recursos multifuncionais;

[...]

Conforme pode se constatar na pesquisa acima, de acordo com os entrevistados, um bom número das escolas públicas da rede estadual de ensino de Cacoal, não disponibiliza de sala multifuncional bem, espaço físico adequado nem de mobiliário suficiente para atender os alunos da Educação Inclusiva.

4.3.2 Dos aparelhos tecnológicos e materiais pedagógicos que a escola dispõe



É sabido que, aparelhos tecnológicos e materiais pedagógicos são recursos imprescindíveis para auxiliar no processo ensino aprendizagem. O Decreto N° 7.611/2011, que dispõe sobre o atendimento da Educação Especial, em seu artigo primeiro, afirma o seguinte:

Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:

[...]

V – oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;

VI – adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta da inclusão plena;

VIII – apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial.

[...]

Art. 5º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal, e a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

[...]

§ 2º O apoio técnico e financeiro de que trata o caput contemplará as seguintes ações:

I - aprimoramento do atendimento educacional especializado já ofertado;

II - implantação de salas de recursos multifuncionais;

[...]

V - adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;

VI - elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e

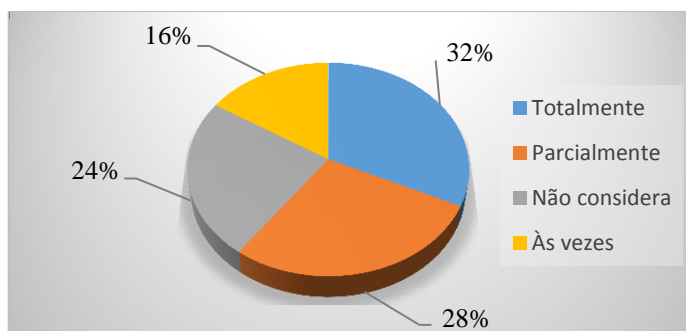
§ 3º As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.

§ 4º A produção e a distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade e aprendizagem incluem materiais didáticos e paradidáticos em Braille, áudio e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo.

Conforme afirmações dos professores entrevistados, um número expressivo de salas do AEE ainda não dispõe destes equipamentos essenciais para auxiliar no ensino, embora a maioria das escolas dispõe de materiais didáticos, uma boa quantia dos entrevistados afirmou que o material disponibilizado não é de uso suficiente, sem falar que a maioria das escolas não disponibilizam de acervos bibliográficos relacionados ao tema, Educação Inclusiva.

4.4 QUANTO AO CURRÍCULO

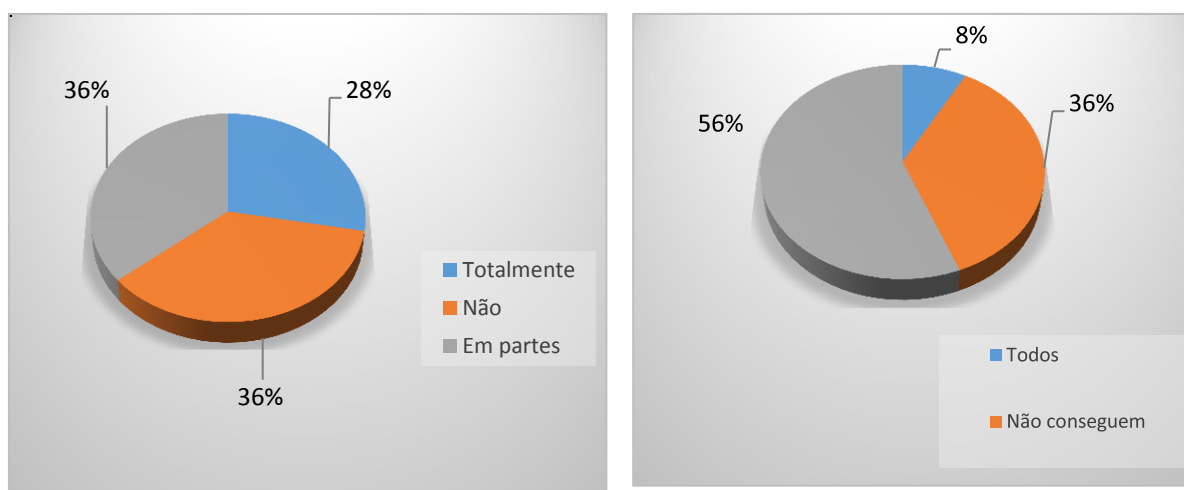
4.4.1 Quanto a sua articulação



Para o sucesso do ensino aprendizagem, o currículo é fundamental neste processo, deve ser articulado com elementos do cotidiano do aluno adaptando-se ao contexto local, sem perder a visão do mundo que o cerca. Precisa levar em consideração as peculiaridades de cada aluno oportunizando-os a interação destes com as tecnologias disponíveis a seu favor para a construção do conhecimento. Conforme Peixoto (2011) o currículo escolar deve pautar nas necessidades de cada comunidade onde a escola está inserida, ser flexível de maneira a atender todos os alunos, sem discriminação. Conforme o autor, no contexto da educação inclusiva, o currículo deve contemplar as especificidades das necessidades educacionais especiais, por meio de ajustes realizados pelo professor no intuito de oferecer ao aluno pleno acesso ao conhecimento.

No decorrer da pesquisa procurou saber dos entrevistados (as) suas considerações a respeito do currículo, ou seja, se considerava que o currículo escolar estava organizado em torno da heterogeneidade e inclusão de todos os alunos da Educação Especial. Um número pouco expressivo dos entrevistados considera que o currículo das escolas públicas da rede estadual de ensino de Cacoal estava desta forma organizada, e a maioria dos entrevistados não considera que o currículo escolar leva em conta a heterogeneidade dos alunos da educação inclusiva.

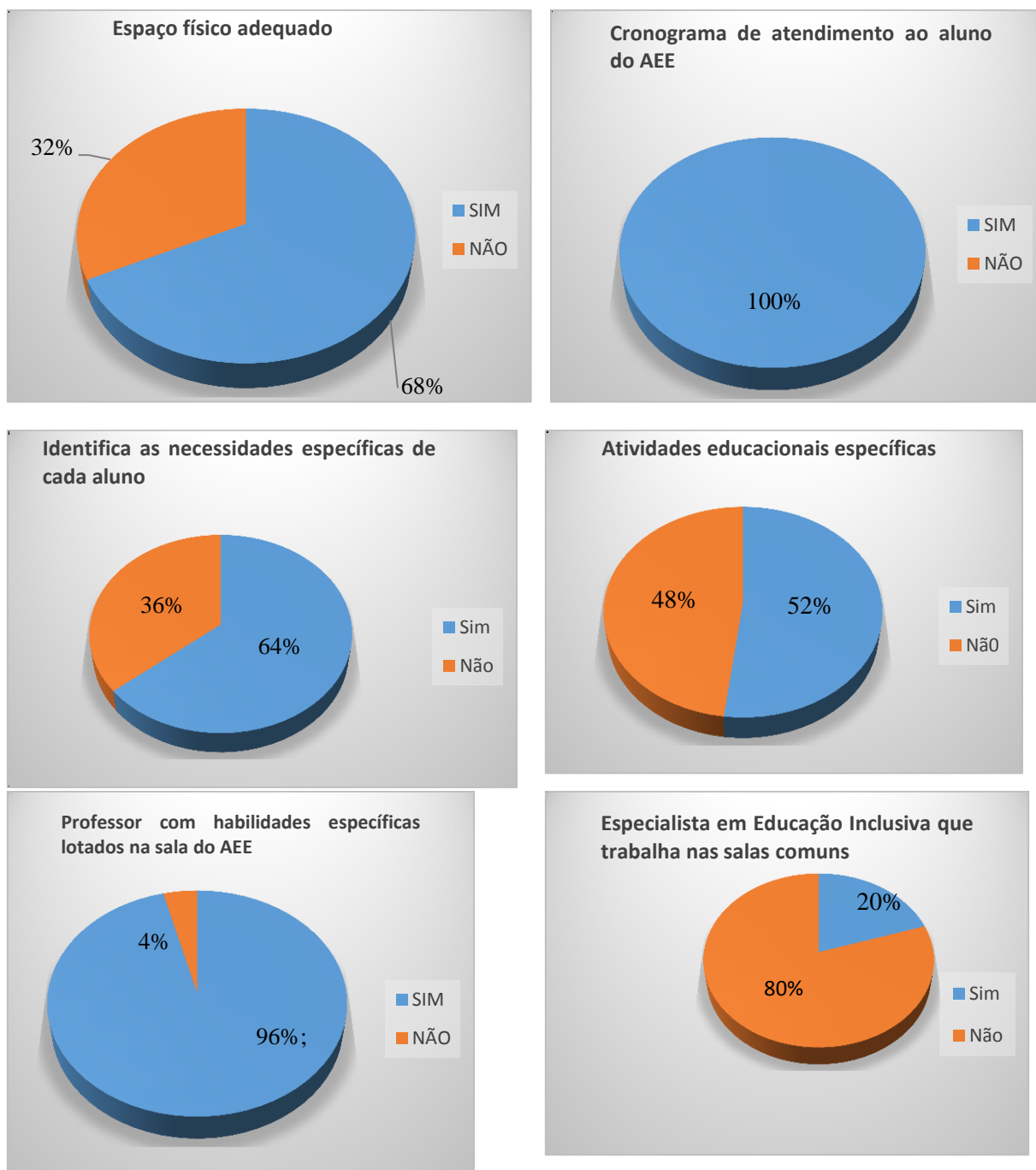
4.4.2. Considera-se capacitado e para adaptar a prática pedagógica ao currículo, considerando as especificidades do aluno do AEE



Veja que apenas a minoria considera capacitada para atender essa parcela de alunos, e capacitados para adequar sua prática pedagógica ao currículo considerando as especificidades de cada um. Quando a pergunta se volta para os demais colegas de trabalho, o número

daqueles com capacidade para atender o aluno da educação especial e capaz de adaptar o currículo às especificidades de cada aluno, diminui consideravelmente.

4.4.3 O Projeto Pedagógico do Ensino Regular encontra-se organizado prevendo



Conforme Decreto N° 7.611/2011 assim afirma a respeito da organização do Projeto Pedagógico do Ensino Regular que atende alunos da Educação Especial:

Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Art. 5º III - formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão;

IV - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais;

Também acerca do Projeto Político Pedagógico Escolar, considerando a inclusão de alunos com deficiências, assim dispõe o documento de Salamanca:

Proposta de treinamento de professores especiais necessita ser reconsiderado com a intenção de se lhes habilitar a trabalhar em ambientes diferentes e de assumir um papel-chave em programas de educação especial. Uma abordagem não categorizante que embarque todos os tipos de deficiências deveria ser desenvolvida como núcleo comum e anterior à especialização em uma ou mais áreas específicas de deficiência.

Os recursos também devem ser alocados no sentido de apoiar serviços de treinamento de professores regulares de provisão de centros de recursos, de professores especiais ou professores-recursos. Ajuda técnica apropriada para assegurar a operação bem-sucedida de um sistema educacional integrador, também deve ser providenciada. Abordagens integradoras deveriam, portanto, estar ligadas ao desenvolvimento de serviços de apoio em níveis nacional e local (SALAMANCA: 1990).

A LDB, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) nº 9.394/96 também trata a respeito do assunto:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

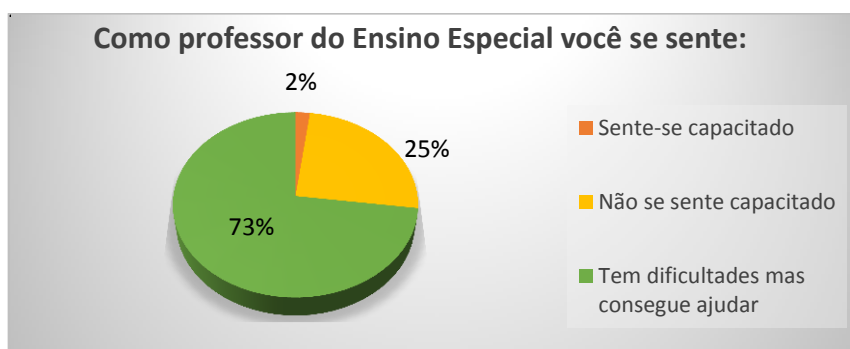
III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

Considerando os dados da pesquisa, em relação ao espaço físico, lugar onde acontecem as ações educativas para essa parcela de alunos, 68% (sessenta e oito por cento) dos entrevistados considera ser adequado. Quanto ao cronograma de atendimento, todas as escolas, segundo os entrevistados, apresentam cronograma de atendimento aos alunos do AEE.

Outro fator de destaque na pesquisa foi o fato de a maioria dos profissionais entrevistados considerar que, o Projeto Pedagógico do Ensino Regular, encontra-se organizado no sentido considerar as necessidades específicas de cada aluno bem como, prevê atividades educacionais específicas para essa parcela de aluno. Nota-se também que, 96%

(noventa e seis por cento) das escolas, segundo os entrevistados, contam com professores específicos para atender alunos nas salas do AEE. Por outro lado, a mesma pesquisa revela que, apenas 20% (vinte por cento) das salas comuns são atendidas por professores com especialização na Educação Inclusiva.

4.4.4 Quanto à capacitação para atender alunos do Ensino Especial



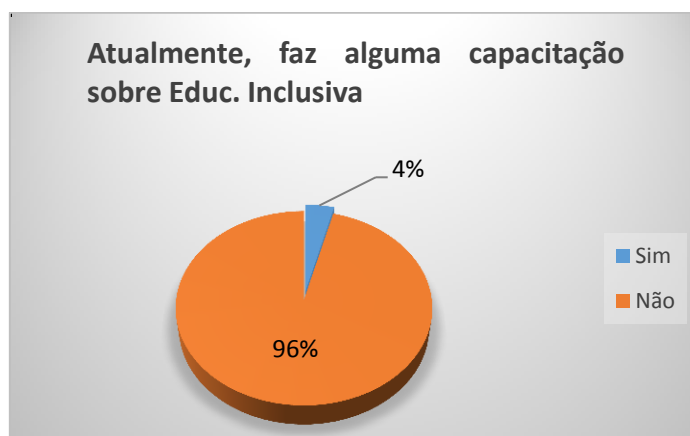
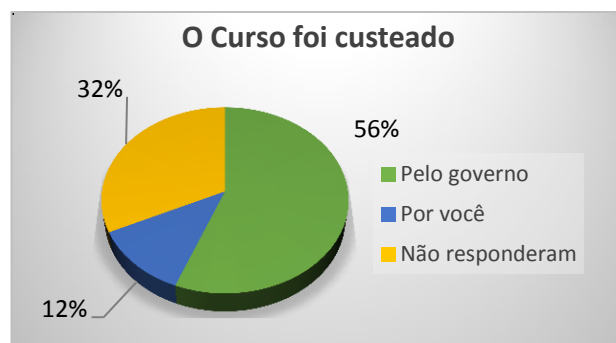
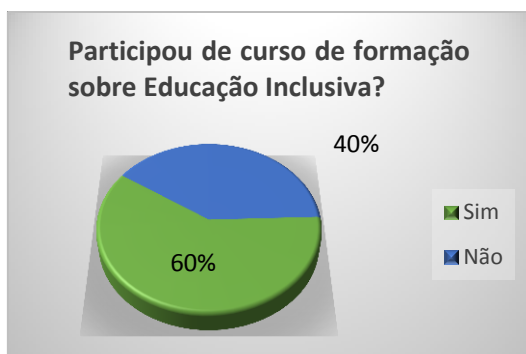
Conforme já ressaltado acima, tanto o Decreto N° 7.611/2011 como a Lei 9.394/96 acena como garantia o compromisso de atender os alunos do Ensino Especial, com atendimento de serviços especializados, apoio pedagógico integrado a proposta pedagógica da escola, além de formação continuada de professores, gestores e demais profissionais de escola. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação também assegura como compromisso dos Estados e municípios realizar cursos de formação aos que não possuem e professores com especialização adequada em nível médio e superior, capacitados para atender o aluno da educação inclusiva no ensino regular.

Através desta pesquisa, foi indagado ao professor entrevistado, se o mesmo sentia capacitado para atender o aluno do AEE nas salas comuns. Veja que, apenas 2% (dois por cento) disseram que se sente capacitado para trabalhar com esta clientela do ensino especial nas salas comuns. Cerca de $\frac{1}{4}$ (um quarto) dos entrevistados se consideram não capacitado e a grande maioria, ou seja, 73% (setenta e três por cento) afirmam que tem dificuldades, mas, conseguem ajudá-los.

Como mostrado no decorrer de todo o capítulo anterior e no início deste, nos últimos anos, dezenas de leis, decretos, resoluções e portarias têm ampliado as políticas públicas inclusivas para atender as pessoas com deficiência. Sabendo que a educação inclusiva é uma conquista de direito, resta saber se está sendo aplicada dentro das diretrizes que apontam a legislação. A fim de encontrar resposta sobre como o professor da rede estadual de ensino das escolas públicas de Cacoal, pensa a respeito do assunto, uma boa parcela dos entrevistados

acreditam que o aluno do AEE não dispõe de tratamento educacional eficaz no âmbito da educação oferecida pelo Estado de Rondônia, e a maioria acredita que apenas em partes, enquanto a menor parcela destes profissionais considera que as escolas estaduais da rede pública de ensino em Cacoal garante ao aluno do AEE uma educação de qualidade.

4.4.5 Da participação em cursos de formação



Para concluir a pesquisa, perguntou-se ao professor entrevistado se já participou de algum curso de formação sobre educação inclusiva, quem custeou o curso e o grau de satisfação com o curso.

A maioria destes profissionais disse que já participaram de cursos sobre Educação Inclusiva, assim como a grande maioria afirmam que o curso foi custeado pelo Governo do Estado de Rondônia. Por outro lado, a maioria destes, 51% (cinquenta e um por cento) afirmam que não têm recebido apoio por parte da Secretaria Estadual da Educação, SEDUC, nem do Governo do Estado em prol de suas formações. A pesquisa aponta também que, apenas um número bem reduzido destes profissionais, 4% (quatro por cento) estão se capacitando na área da Educação Inclusiva.

5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS RESULTADOS

As respostas apresentadas pelos profissionais entrevistados nesta pesquisa apontam que todas as escolas públicas, da rede estadual de ensino de Cacoal, recebem matrículas de alunos da Educação Especial. Sendo assim, conforme recomenda à lei, toda a rede pública estadual de ensino de Cacoal deveria estar preparada para atender essa clientela estudantil com educação de qualidade, e promover a inclusão, conforme termos da extensa legislação que retrata acerca do assunto, até aqui apresentada. Mas, como foi possível constatar, os princípios da “igualdade de condições, de acesso e permanência na escola” estabelecida tanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação como na Constituição Brasileira, é uma etapa que os alunos com deficiência, atualmente matriculado na rede estadual de ensino de Cacoal, ainda precisam perseguir.

Por mais que o sistema educacional se encontra precário, e o aluno com deficiência tem poucas possibilidades de se desenvolver suas habilidades cognitivas, chama-nos a atenção no tamanho do compromisso destes alunos para com a escola. Conforme verificado, 96% (noventa e seis por cento) dos alunos da educação inclusiva frequentam a escola assiduamente. Isto denota o quanto essas crianças e adolescentes gostam destes espaços e anseiam pelo aprendizado. Dito isto, difícil aceitar o fato de estarem ali apenas para servir como estatísticas e passar a falsa ideia de que a educação inclusiva é uma realidade nessas escolas.

Através das informações obtidas daqueles profissionais que trabalham nas escolas, ficou claro o desrespeito do poder público para com o atendimento da educação inclusiva nas escolas da rede estadual de ensino de Cacoal. A afronta ao princípio da igualdade de condições, de acesso e permanência na escola, devidamente expresso no artigo 206 da Constituição Federal e na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) se revela na insuficiência de profissionais especializado na educação inclusiva, para atender o aluno com deficiência nas salas comuns, na indisponibilidade de materiais tecnológicos e mobiliários adequados, na falta de um currículo flexibilizado, capaz de atender as peculiaridade de cada aluno e fazer com que cada um avança tanto nos aspectos cognitivos como psicomotor como na falta de cuidadores para amparar o aluno que necessita deste tratamento especial.

A verdadeira inclusão, que garanta uma aprendizagem de verdade só é possível com formação de professores, uma boa rede de apoio entre alunos, docentes, gestores escolares, técnicos de ensino, família e profissionais de saúde que atendem as necessidades destes

alunos. Não basta apenas matricular o aluno com deficiência em uma sala comum, sem que o professor que irá conduzir o trabalho nesta sala esteja devidamente capacitado para atender esse aluno, e colabore para com seu aprendizado. Pouco pode, também, fazer um professor preparado se não conta com toda uma equipe de apoio na escola para contribuir para o crescimento deste aluno.

Vale ressaltar, que os problemas acerca da falta de estrutura que as escolas apresentam, tanto nos aspectos físicos como pedagógicos, não é uma situação exclusiva de Cacoal. No final do ano de 2015, a Rede Globo de Televisão exibiu uma série de reportagens sobre os resultados da inclusão de crianças com necessidades especiais em escolas comuns.

Entre as diversas reportagens gostaria de destacar um caso da cidade vizinha, Rolim de Moura, retratando as dificuldades pelas quais o aluno Guilherme, aluno das séries iniciais do Ensino Fundamental, enfrenta para conseguir estudar. De acordo com a reportagem, em decorrência de uma paralisia motora, o menino perdeu parte dos movimentos do corpo. Devido à falta de um professor assistente para ajudar a criança em suas tarefas, coube à mãe do menino assumir o dever que seria da escola.

Quando a mãe da criança não pode ir ajudar o filho na escola, o auxílio fica a cargo dos colegas de sala. “A gente ajuda, auxiliando ele, tirando ele da mesa, pegando a carteira. Tem vez que a gente muda de sala”. Resume um dos colegas de sala. “Não tem como o professor, com 31 alunos, dar a assistência como necessária a esses alunos” resumiu o professor. “Eu tenho alunos que são surdos. Não estou preparado para dar uma aula com a linguagem de sinais. Se tivesse o facilitador com o aluno ali, obviamente que ele iria aprender” disse a outra professora.

Conforme depoimento da mãe do aluno, há mais de três anos, o filho encontrava naquela situação, ressaltou também que já havia intercedido aos órgãos competentes, como a prefeitura do município e junto ao Governo do Estado, pedindo uma solução para o caso do seu filho, mas que ainda não havia recebido respostas. Cansada de esperar pelo poder executivo, decidiu acionar também à justiça, mas que até aquele momento ainda estava à espera do profissional que atendesse seu filho para que ela pudesse retornar à vida profissional que teve que abandonar devido à situação.

De acordo com o G¹, portal de reportagem do site Globo.com, três meses após a equipe de reportagem estar na escola, a Secretaria Estadual de Educação apresentou uma solução temporária para o caso, disponibilizando uma funcionária da secretaria da escola para

acompanhar aquela criança. Já que somente na sala do Guilherme, outras duas mães também passavam por problemas semelhantes.

Vale lembrar que, o direito a um atendimento especializado é garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. E em janeiro deste ano de 2016, uma nova lei entrou em vigor, tornando obrigatória a presença desse profissional em sala de aula. De certa forma, se a incumbência firmada pelo Estado de garantir a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” conforme descrito na Constituição Federal e na Lei 9394/96 se materializasse, não seria necessária aprovação de mais leis tratando a respeito do mesmo assunto.

Como pode perceber ao longo destes capítulos, há por parte do Estado de Direito uma exaustiva preocupação do Constituinte Originária em proteger direitos fundamentais, no tocante, o direito de Educação à pessoa com deficiência. Por outro lado, também não é novidade que o Brasil enfrenta sérias dificuldades de programar as políticas públicas capazes de efetivar os direitos assegurados em leis. Como se vê, as demandas sociais são proporcionalmente maiores do que a capacidade de atendimento pela administração pública, limitando e restringindo o atendimento da prestação exigida.

Além da grande demanda, a falta de implementação destas políticas públicas e sociais, se esbarram em diversos fatores limitadores e a restrição orçamentária é um destes fatores.

De acordo com Canotilho, (1999) além das diferentes formas de controle social e judicial das políticas públicas, a execução orçamentária também pode atuar como limitadora da capacidade do atendimento ao exercício dos direitos fundamentais. Se não bastasse o controle orçamentário pelo Estado, o gargalo da corrupção é também um dos fatores que contribuem para que as demandas sociais se arrastem pelo tempo.

Segundo Canotilho;

Os direitos econômicos, sociais e culturais e respectivamente proteção andam estreitamente associados a um conjunto de condições – econômicas, sociais e culturais – que a moderna doutrina dos direitos fundamentais designa por pressupostos de direitos fundamentais. Considera-se pressupostos de direitos fundamentais a multiplicidade de factores – capacidade económica do Estado, clima espiritual da sociedade, estilo de vida, distribuição de bens, nível de ensino, desenvolvimento económico, criatividade cultural, convenções sociais, ética filosófica ou religiosa – que condicionam, de forma positiva e negativa, a existência e proteção dos direitos económicos, sociais e culturais. Esses pressupostos são pressupostos de todos os direitos fundamentais. Alguns deles, porém, como os da distribuição dos bens e da riqueza, o desenvolvimento económico e o nível de ensino, tem aqui particular relevância. Mais do que noutros domínios, os Realien (os dados reais) condicionam decisivamente o regime jurídico constitucional do estatuto positivo dos cidadãos (Canotilho, 1999, p. 443).

Como se observa, a questão é bastante complexa e profunda, e lamentavelmente a inclusão da pessoa com deficiência ainda não é uma questão resolvida. Diante disto, por mais que a prestação positiva de direitos sociais se esbarra em questões orçamentárias, não autoriza o Estado a negar direitos imprescindíveis para a existência de uma vida digna.

Ao lançar o olhar sobre os registros históricos acerca da pessoa com deficiência, percebe-se que sua inclusão no convívio social, lamentavelmente até o momento é uma questão não resolvida. Quer na escola, no trabalho, e demais setores da sociedade a pessoa com deficiência, em pleno século XXI ainda enfrenta desafios que há tempo não deveria mais existir. O maior de todos, sem dúvida, é a discriminação e o preconceito que persistem a trazer obstáculos no sentido de não permitir que a verdadeira inclusão destas pessoas se efetive de verdade.

Conforme verificado na primeira parte deste trabalho, o tratamento dispensado durante séculos em diversas culturas, à pessoa com deficiência, partiu da ótica de não as perceberem na condição de seres humanos. Essa visão equivocada da sociedade ganhou contornos tão profundos, que nos dias atuais, ainda provoca sequelas irreparáveis à pessoa que fuja aos padrões de “normalidade” e ainda as impedem de participar ativamente da plena democracia.

A fim de reparar essa longa dívida social, o Estado tem buscado, através de Leis, amparar a pessoa com deficiência de direitos que há muito tempo haviam sido negados. Mas, é inadmissível aceitar o fato de que um déficit físico ou mental possa servir como atributo principal para incluir ou excluir o indivíduo de oportunidades relevantes para seu crescimento como cidadão e como pessoa. É inadmissível que qualquer cidadão, precisa recorrer ao judiciário em busca de proteção a direito e respeito a sua dignidade.

Assegurar a todas as pessoas, sem discriminação, espaços democráticos de convivência e oportunizar o exercício de direitos fundamentais, em especial, os de cunho social, que exigem prestações positivas por parte do Estado é sem dúvida a vontade tanto daqueles que sofrem como dos que lutam contra toda forma de preconceito e discriminação.

A preocupação do Estado Social, em instruir medidas de leis que possibilite à pessoa com deficiência, melhor acolhida nos diversos espaços de convivência social, facultando-lhes as melhores condições de vida, oportunidades e igualdade de tratamento é sem dúvida o que há muito tempo se almeja. Mas, tão importante quanto efetivar estes direitos é implementá-los em sua plenitude. Pensar a inclusão social pressupõe o ideal de igualdade de oportunidades para todas as pessoas em todos os setores indiscriminadamente, e enquanto o porte físico, a cor e a aparência servir de parâmetros para incluir ou excluir a pessoa dos espaços de

convivência sociais, os ideais do Estado Democrático, do pleno exercício dos direitos sociais e individuais, da liberdade, da segurança, do bem-estar social, do desenvolvimento, da igualdade e justiça não passarão de meras palavras.

. A partir das três últimas décadas, o Brasil tem buscado adotar uma política de ruptura com a ideologia da exclusão, reconhecendo à pessoa com deficiência, direitos ao trabalho, à saúde, à educação, ao lazer, à previdência social e muitos outros direitos capazes de possibilitar a esse grupo marginalizado de participar de forma ativa da vida do Estado, no efetivo exercício de seus direitos individuais e sociais. A educação inclusiva faz parte desta política de ruptura com a ideologia da exclusão, e não há como negar que o debate político, pedagógico e social em torno desta causa, de levar a inclusão para as escolas é sem dúvida uma boa saída. Mas, para que isso possa ocorrer de verdade, implica mudanças efetivas de políticas educacionais e execução de projetos que possibilite a repensar a escola, a cultura, a política e as práticas pedagógicas que aí se apresentam.

Para que a escola inclusiva aconteça, não basta uma legislação que determinem a criação de cursos de capacitação básica de professores, nem a obrigatoriedade de matrículas nas escolas da rede pública. É preciso garantir um espaço em que todos os alunos possam construir seus conhecimentos, segund suas capacidades, que possam expressar suas ideias livremente, e participar ativamente das tarefas de ensino e se desenvolver como cidadãos, nas suas diferenças. A verdadeira inclusão impõe uma escola em que todos os alunos inseridos não sejam limitados em seu direito de participar ativamente do processo escolar, mas sim que seja capaz de permitir que todos se igualem pelas suas diferenças.

CONCLUSÃO

Diante da análise empreendida, acerca dos possíveis conflitos nas políticas públicas de inclusão, em seus aspectos normativos e a efetivação do direito fundamental à Educação destinada aos alunos com deficiências mentais e deficiências múltiplas, matriculados nas escolas públicas da rede estadual de ensino de Cacoal, restam as seguintes considerações:

A presença de alunos com retardos mentais faz parte da realidade de todas as escolas pesquisadas. Embora a grande maioria destes alunos se apresente com frequência nas salas de aulas e gostam do ambiente escolar, poucos conseguem se desenvolver em seus estudos, tendo em vista a tentativa frustrada, na maioria destas escolas, de oferecer as mesmas condições de ensino e em contrapartida fazer as mesmas exigências para estudantes com necessidades diferentes.

A falta de profissionais habilitados e de apoio pedagógico para receber esses estudantes com necessidades especiais nas salas comuns é outro grande desafio, e na indisponibilidade destes profissionais resta ao aluno da educação inclusiva servir apenas para engrossar as estatísticas que o Estado utiliza para maquiagem a realidade que se apresenta.

Embora a educação inclusiva tenha se transformado em uma realidade no plano das leis, na prática, ainda resistem quanto à sua efetivação. Não basta apenas assegurar legalmente o direito de frequentar uma sala de aula, é necessário eliminar as barreiras arquitetônicas, pedagógicas e sociais, rever os critérios de avaliação e de promoção e transformar as instituições de ensino em instituições verdadeiramente inclusivas. O princípio da igualdade, por sua vez, pode contribuir com essa transformação, mas isso só vai se concretizar quando o direito a educação deixar de ser mera previsão constitucional e passar a ser uma garantia real.

A escola inclusiva, da forma em que aí se apresenta, só tem servido para reforçar o preconceito e exclusão social, e esse quadro só será mudado a partir do momento em que os espaços não forem apenas acessíveis, mas quando o tratamento oferecido nestas escolas atender as necessidades de cada um, ou seja, quando a escola passar a respeitar as individualidades de cada aluno e trata-los igualmente as partes iguais e desigualmente os desiguais na exata medida de suas desigualdades.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL LA. **Conhecendo a deficiência** (em companhia de Hércules). São Paulo: Robe Editorial; 1995.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. **Pessoa portadora de deficiência: proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência**. 3. ed. rev., ampliada e atual. Brasília: CORDE, 2003.

ASSUMPTÃO JUNIOR, Francisco Baptista; SPROVIERI, Maria Helena. **Introdução ao estudo da deficiência mental**. São Paulo: Memnon, 2000. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. São Paulo: Saraiva, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Direito à educação – subsídios para a gestão dos sistemas educacionais. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 20/12/2015.

_____. **Decreto nº 3.956 de 8 de outubro de 2001** – Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: www2.planalto.gov.br. acesso em 12/01/2016.

_____. **Decreto nº 6.094 de 2007**. Que dispõe sobre o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Disponível em: Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 20/12/2015.

_____. **Decreto nº 6.571 de 2008** que dispõe sobre atendimento educacional especializado na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 20/12/2015.

_____. **Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989**. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília: DF, 1989. Disponível em: www2.planalto.gov.br / . acesso em 29/12/2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2007.- Brasília/DF. Disponível em: www2.planalto.gov.br. acesso em 05/01/2016.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 20/12/2015.

_____. **Plano Nacional da Educação (PNE) 2014**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 20/12/2015.

_____. Ministério da Justiça. **Cord. Programa de Ação Mundial para todas as Pessoas com Deficiências**. Tradução: Edilson Alkimin da Cunha. Publicação Oficial. Brasília, 1996, p. 13. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 20/12/2015.

_____. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Atenção à pessoa portadora de**

deficiência na área de assistência social. Publicação Oficial, Brasília, p. 5, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 20/12/2015.

_____. **Política Nacional de Educação Especial – educação especial, um direito assegurado.** Brasília: MEC / SEESP, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 20/12/2015.

_____. Secretaria de Educação Especial: **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: Deficiência Auditiva.** Brasília, DF: SEESP, 1997.

CAMPOS, Penélope Machado Ximenes. **Deficiência e preconceito: a visão do deficiente.** Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília para obtenção de título de Mestre em Educação. Orientadora Elizabeth Tunes. Universidade de Brasília - UnB. Brasília, 2008.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teorias da Constituição.** 7 ed. Coimbra: editora Almeida, 2003.

CARMO, Apolônio A. **Deficiência física: a sociedade brasileira cria, recupera e discrimina.** Brasília: Secretaria dos Desportos, 1991.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos is.** 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

CNE – Conselho Nacional da Educação. **Resolução nº 04, de 2 de outubro de 2009.** Brasília/DF. <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13684:resolucoes-ceb-2009>

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: ACESSO E QUALIDADE. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E ENQUADRAMENTO DA ACÇÃO.** Salamanca, Espanha, 7 a 10 de junho, 1994. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwiYiavvrYDLAhXJkpAKHdrMDMEQFggiMAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Fseesp%2Farquivos%2Fpdf%2Fsalamanca.pdf&usg=AFQjCNF2ywbegIOLNxfQhQpXvCRiSKP-w&sig2=nBJEjv8cyzD_n-TDPQl8zg. Acesso em 12/01/2016.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Segunda guerra mundial um balanço histórico.** São Paulo: Ed. Xamã, 1995.

DIAS, Bárbara Camboim Dentzien. **Inclusão de pessoas portadoras de deficiência: um tipo de responsabilidade social.** Dissertação apresentado como requisito à obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Mestrado em Ciências Sociais. Organização e Sociedade, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia. Universidade Católica de Rio Grande do Sul: Porto Alegre. 2008

FOUCAULT, Michel. **Stultifera navis In: História da loucura: na Idade Clássica.** - São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 03-44.

_____, Michel. **História da loucura na Idade Clássica.** São Paulo: Perspectiva, 1972. Disponível em:

<https://www.google.com.br/#q=Michel.++Hist%C3%B3ria+da+loucura+na+Idade+Cl%C3%A1ssica.+S%C3%A3o+Paulo:+Perspectiva%2C+1972>. Acesso em 12/01/2016

GLAT, R.; BLANCO, L.de M. V. **Educação especial no contexto de uma educação inclusiva**. In: GLAT, R. (Org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Ed. Sette Letras, 2007.

GLAT, R.; FERNANDES, E.M. **Da Educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira**. Revista Inclusão, Brasília, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005.

GLAT, R.; FONTES, R. de S.; PLETSCHE, M. D. **Uma breve reflexão sobre o papel da Educação Especial frente ao processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em rede regular de ensino**. Revista Inclusão Social, Duque de Caxias/RJ, n. 6, p. 13-33, nov. 2006.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D.; FONTES, R. de S. **O papel da educação especial no processo de inclusão escolar: a experiência da rede municipal de Educação do Rio de Janeiro**.

Glossário Temático **Deficiência Intelectual**: 2014. disponível in www.apaesp.org.br/instituto, acesso em 22/12/2015

HORTA, José Silvério Baia. **Direito à educação e obrigatoriedade escolar**. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 104, p. 5-34, 1998.

JANNUZZI, Gilberta de Martinho. **Políticas públicas de inclusão escolar de pessoas portadoras de necessidades especiais: reflexões**. Revista Gis, Rio de Janeiro, out. 2004. Seção Artigos. Disponível em: <http://www.ltds.ufrj.br/gis/januzzi/januzzi2.htm>. Acesso em 29/12/2015.

LANNA JUNIOR. Mário Cléber Martins. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil** / compilado por Mário Cléber Martins Lanna Júnior. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em www.direitoshumanos.gov.br acesso em 29/12/2015.

LEMONS, Douglas. **Deficiência e exclusão social: uma contribuição à inclusão sociojurídico dos portadores de necessidades especiais**. Monografia apresentada para obtenção do título de Bacharel em Direito, na Universidade do Vale do Itajaí, Centro de Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais, Campus de Itajaí. 2009.p. 30

Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Texto Revisado. DSM-IV-TR. Artmed, 2003.

MAZZOTTA. Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MELO, Júlio Cesar de. **Políticas públicas de inclusão social: um estudo sociojurídico sobre a pessoa com deficiência**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito – Mestrado, Área de Concentração em Direitos Sociais e Políticas Públicas, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2007. Disponível em:

http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjmq_jLsYDLAhUEDpAKHVZWAE4QFggiMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.unisc.br%2Fportal%2Fimages%2Fstories%2Fmestrado%2Fdireito%2Fdissertacoes%2F2007%2Fjulio_mello.pdf&usg=AFQjCNEBa-RJVOgxX-1Tc92WHCukCnEW9w&sig2=q_ljn0YyTuoBa9omDYMYeA. Acesso em: 20/12/2015.

MORAIS, Márcio Eduardo da Silva Pedrosa. **O conceito de justiça distributiva no estado democrático de direito: uma compreensão da justiça distributiva e do acesso à justiça no estado constitucional democrático brasileiro**. Belo Horizonte, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Rio de Janeiro: Guanabara Kangoo, 1998. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Table/UNESCO-Organiza%C3%A7%C3%A3o-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-para-a-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ci%C3%Aancia-e-Cultura/> acesso em: 12/01/2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. Convenção Interamericana Para Eliminação De Todas As Formas De Discriminação Contra As Pessoas Portadoras De Deficiência. Guatemala, maio de 1999. NP. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 12/01/2016.

PEIXOTO, Zélia Anastácio. **O currículo escolar na perspectiva da educação inclusiva**. 2011. 43 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar)—Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Brasília, 2011. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/2486>. Acesso em 05/01/2016.

RAAD, I. L. F. ; XIMENES . **A Deficiência como Mercadoria**. In: Elizabeth Tunes. (Org.). Sem Escola, Sem Documento. 01ed.Rio de Janeiro: e-papers, 2011, v. 01, p. 97-117.

Retardo Mental: definição, classificação e sistemas de apoio. Disponível em: 10ª. Edição. Artmed, 2006. <http://www.orelhadelivro.com.br/livros/433056/retardo-mental-definicao-classificacao-e-sistemas-de-apoio/>. Acesso em 20/01/2016.

Revista de Deficiência Intelectual. Ano I. Número 1. Julho/Dezembro 2011. APAE de São Paulo, SP. <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/deficiencia-multipla-inclusao-636396.shtml>. Acesso em 27/01/2016

Revista do Educador. **ESCOLA NOVA E O MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO DO ENSINO** - Autora: Amelia Hamze. Profª UNIFEB/CETEC e FISO – Barretos. Disponível em: <http://educador.brasilecola.uol.com.br/gestao-educacional/escola-nova.htm> acesso em 29/12/2015.

Revista Nova Escola/**Deficiências e síndromes**. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/deficiencia-multipla-inclusao-636396.shtml>. Acesso em 22/12/2015

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. **Educação Especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente. In: Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental.** Bauru: MEC/FEC/SEE, 2008. 12 V

ROUSSEAU, J. J **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens:** Rio de Janeiro, Guanabara Kangoo, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça.** São Paulo: Cortez, 2007.

SCHEWINSKY, S. R. **A barbárie do preconceito contra o deficiente - todos somos vítimas.** ACTA FISIÁTR. 2004. Disponível em: http://www.actafisiatrica.org.br/audiencia_pdf.asp?aid2=251&nomeArquivo=v11n1a01.pdf. Acesso em 20/01/2016.

SILVA, Luzia Gomes da. **Portadores de deficiência, igualdade e inclusão social. Princípio: a Dignidade da Pessoa Humana.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 99, abr 2012. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11413>. Acesso em jan 2016.

SILVA, Marcelo Amaral da. **Digressões acerca do princípio constitucional da igualdade.** **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 66, 1 jun. 2003. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/4143>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

SILVA, Otto Marques. **A epopeia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje.** São Paulo: Cedas Editora; 1987.